

RELATÓRIO DE
Gestão
2021



Avanços, desafios e conquistas





CNC: 40 anos de história

Desde 1981, o Conselho Nacional do Café é o principal fórum de discussão e organização política da cafeicultura brasileira, canalizando as demandas das bases produtoras e liderando a evolução da política cafeeira, em sintonia com as tendências globais e sempre com foco na renda do produtor, sendo composto pelas lideranças de cooperativas e associações dos estados que produzem mais de 90% das safras brasileiras de café. Como braço operacional do sistema OCB para o café, o CNC organiza as demandas do segmento cooperativo para a construção de políticas, ações e projetos, com abrangência nacional, beneficiando os 330 mil produtores brasileiros.

O propósito do CNC é trabalhar por uma cafeicultura competitiva, sustentável e integrada. O trabalho institucional é norteado pela visão de futuro que contempla uma cafeicultura competitiva, sustentada por produtores rurais com raízes cooperativistas e visão empresarial, em um setor competitivo e apto para crescer com a aceleração das mudanças.

Outro ponto importante e que merece atenção é com relação ao incentivo à pesquisa. O Brasil desenvolve o maior programa mundial de pesquisas de café e a base de todo o trabalho é a constante preocupação com a qualidade e com a sustentabilidade. Avanços significativos da cafeicultura brasileira estão relacionados a expressivos investimentos em pesquisa como melhoramento genético, controle de pragas, biotecnologia, nutrição e fertilidade de solos, tecnologias pós-colheita, entre outros projetos desenvolvidos por instituições parceiras participantes do Consórcio Embrapa Café.

O avanço em pesquisa e tecnologia foi responsável pela condução da cafeicultura brasileira ao posto de mais sustentável e competitiva do mundo. Esse status só conseguirá se manter com um programa de pesquisa ativo, fortalecido e dinâmico. Observando esses princípios, o Conselho Nacional do Café (CNC) tem participado de várias discussões sobre o essencial investimento em pesquisa, aumentando assim a produtividade, com foco na qualidade, bem como baixar custos, sendo esse o caminho a ser adotado como representantes da produção brasileira de café.

O relacionamento próximo e constante com as instituições científicas a exemplo da Embrapa Café, proporcionam estudos pioneiros, que estão transformando o dia a dia da produção cafeeira nacional. Assim, o instrumento de aplicação de recursos do Funcafé têm sido cada vez mais aprimorado para dar às instituições e organizações que promovem pesquisas condições para alcançarem os melhores resultados através de estudos práticos.

O CNC representa oficialmente o setor da produção de café junto aos órgãos governamentais, Congresso Nacional, demais segmentos da cadeia produtiva, organismos internacionais e à sociedade, propondo e participando ativamente



da gestão da política dos interesses dos cafeicultores e de suas cooperativas, visando, entre outros:

- i) Fortalecimento político-institucional e valorização do setor café;
- ii) Preservação do Funcafé e uso inteligente de seus recursos;
- iii) Defesa da renda do setor produtivo;
- iv) Divulgação da sustentabilidade da cafeicultura brasileira;
- v) Ampliação da competitividade do setor produtor;
- vi) Ampliação do *market share* do Brasil no mercado internacional de café e fortalecimento do consumo doméstico;
- vii) Mitigar as especulações do mercado;
- viii) Avanço da pesquisa e tecnologia para produção mais sustentável, com menores custos e maiores índices de produtividade, aplicando princípios da sustentabilidade.

ONDE ATUA – O CNC é membro ativo e reconhecido como interlocutor oficial do setor produtivo de café do Brasil nos seguintes fóruns:

i) Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) e seus quatro Comitês de Assessoramento: Planejamento Estratégico (CDPE); Pesquisa e Desenvolvimento (CDPD); Promoção e Marketing (CDPM); e Acordo Internacional do Café (CAI). O CDPC reúne Ministérios (Mapa, Economia e Relações Exteriores) e o setor privado de cada segmento da cadeia (produção, exportação e indústria) para construir as diretrizes da política cafeeira nacional. Entre suas atribuições estão orientação e aprovação da gestão dos recursos do Funcafé, cujo orçamento é de aproximadamente R\$ 6 bilhões, voltado ao financiamento da cadeia café.

ii) Organização Internacional do Café (OIC): o CNC mantém relações permanentes com o Itamaraty visando à representação do Brasil no Conselho Internacional do Café, com foco na defesa dos interesses dos cafeicultores e suas cooperativas. O CNC também representa oficialmente a cafeicultura brasileira na Junta Consultiva do Setor Privado, onde mantém interlocução direta com os principais países consumidores e produtores de café, sempre divulgando a sustentabilidade da cafeicultura brasileira e a avançada estrutura produtiva e comercial que garante ao Brasil a capacidade de atender a demanda mundial crescente por café.

iii) Conselho do Agro: o CNC também representa oficialmente os interesses do setor produtivo de café nesse fórum criado no âmbito da CNA, que reúne as entidades de representação de diversas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Seu objetivo é canalizar as demandas de cada setor agropecuário representado por suas entidades de classe para potencializar a atuação da CNA.

iv) Plataforma Global do Café (GCP): o CNC é membro ativo do Conselho Internacional da GCP e do Programa Brasil desta plataforma, que visa a ampliar a sustentabilidade da cafeicultura mundial. A atuação do CNC objetiva incluir a



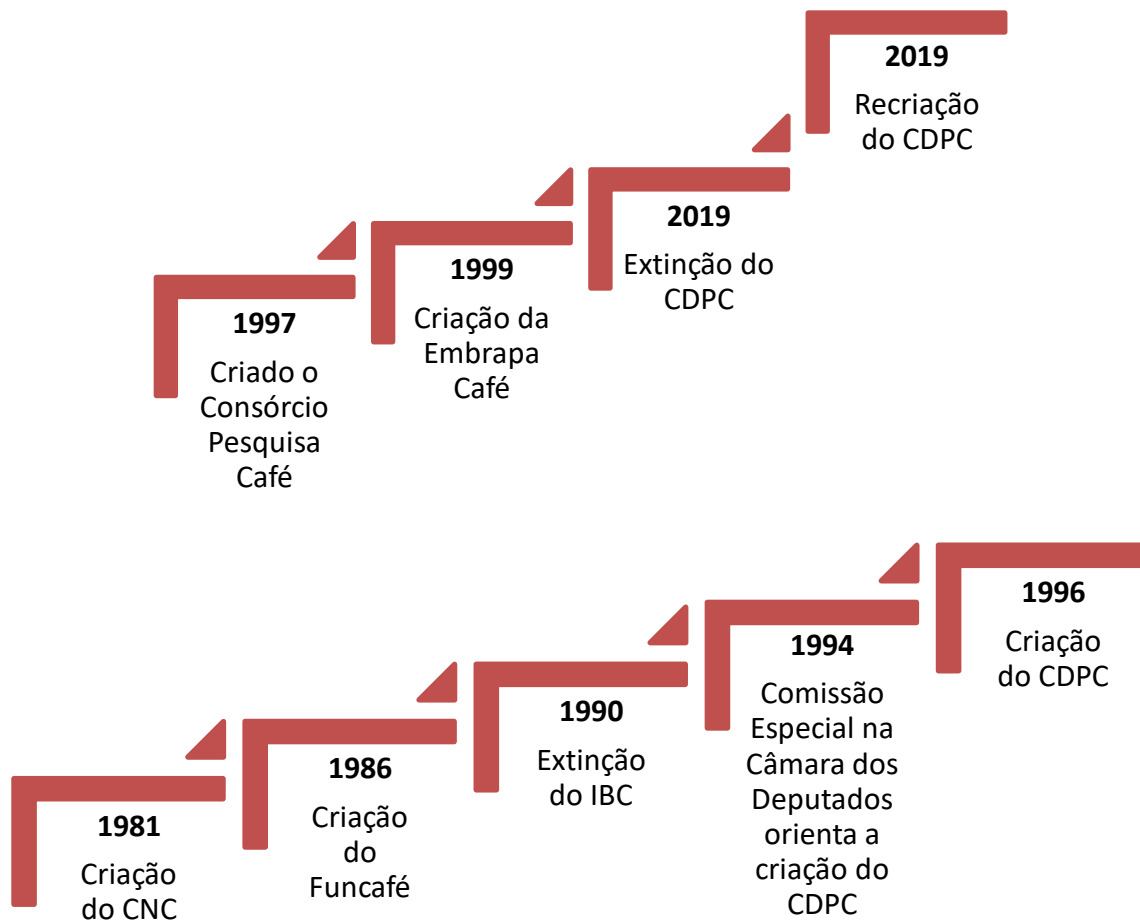
visão do segmento produtivo nas decisões e ações referente à sustentabilidade, sempre defendendo maior fortalecimento da dimensão econômica, evitando compromissos e encargos que onerem a produção de café brasileira, se opondo a propostas que somente aumentam os custos da produção, sem a remuneração devida pelo mercado. Em suma, a participação do CNC se dá para evitar surpresas em decisões que criam mais encargos e obrigações para os produtores.

v) Comitê do Fórum Mundial de Produtores de Café: o CNC atua para apoiar a implementação da Declaração de Medellín, visando à sustentabilidade econômica da produção mundial de café.

vi) Pesquisa Embrapa Café: O CNC é parceiro ativo da Embrapa Café, proporcionando pesquisas avançadas em busca de maior qualidade, melhores índices de produtividade e sustentabilidade em todo o processo da cadeia café.



Política cafeeira e desenvolvimento da cafeicultura brasileira



Fatos que marcaram a história do CNC

Nossa trajetória foi iniciada em um momento em que praticamente não havia diálogo com o governo, mas foi marcada pela construção de uma interlocução permanentes dos ex-presidentes e membros, que hoje é fundamental para a formulação de políticas para o setor. Desde as eleições diretas para presidente, a figura do governo se democratizou, não há como adotar medidas sem buscar o caminho do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Para a cadeia produtiva do café restou o desafio de, pela via competitiva e eficiente, garantir a renda do setor. Essa luta é constante e o CNC tem atuado



como um dos principais protagonistas na defesa de uma cafeicultura sustentável, que proporcione uma renda próspera. Conheça os ex-presidentes que lutaram para que a cafeicultura nacional chegasse ao patamar de maior produtor, exportador e segundo maior consumidor de café do mundo.

- 1981 a 1985: Roberto Costa de Abreu Sodré
- 1986: José Carlos Jordão da Silva
- 1986 a 1991: Jaime Nogueira Miranda
- 1991: Murilo Carlos Paiva Carvalho
- 1991 a 1993: Suelly Evandro Amarante
- 1993 a 1995: Manoel Vicente Fernandes Bertone
- 1995 a 2001: Gilson José Ximenes Abreu
- 2001 a 2005: Osvaldo Henrique Paiva Ribeiro
- 2005 a 2007: Maurício Miarelli
- 2007 a 2011: Gilson José Ximenes Abreu
- 2011 até o momento: Silas Brasileiro

Onde está

O Conselho Nacional do Café tem sua sede em Brasília (DF) e um escritório de representação na cidade de São Paulo (SP), revitalizado em 2021. O histórico completo do processo da reforma e da solenidade de reinauguração do escritório do CNC em São Paulo pode ser encontrado no Relatório de Reinauguração, documento produzido à parte deste.

Estrutura Organizacional atual

A gestão do Conselho Nacional do Café em 2021 esteve a cargo do Presidente Executivo, Silas Brasileiro, que teve ao seu lado como coordenador, Maurício Miarelli. O Conselho Diretor, composto por 08 representantes, presidentes de instituições associadas é que dão o norte para a atuação do Conselho.



Conselheiros Diretores do CNC - Gestão 2021/2023

- Ordem Alfabética -



**PRESIDENTE EXECUTIVO
SILAS BRASILEIRO**

Formado em Administração de Empresas, é produtor rural (grãos, pecuária leiteira e de corte, café e eucalipto). É presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC), foi deputado por seis mandatos consecutivos. Em seu currículo ainda constam Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – 2007 a 2009 -, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA) – 2004 a 2006 – e Prefeitura Municipal de Patrocínio – 1989 a 1992.



**COORDENADOR / CREDICOCAPEC
MAURÍCIO MIARELLI**

Engenheiro agrônomo, graduado pela Escola Superior Agronômica de Lavras, com MBA em cooperativismo pela FEA/USP – Ribeirão Preto. Foi presidente do Conselho Nacional do Café (CNC) de 2005 a 2007 e, de 1990 ao começo de 2011, atuou profissionalmente na Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec), onde exerceu, entre outras, a função de diretor-presidente, cargo que exerceu até 2018. Membro da Câmara Consultiva da BM&FBovespa e da Câmara Consultiva da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, também foi integrante do Grupo de Trabalho nomeado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento do Agronegócio Café (PNDAC).

**CONSELHEIROS DIRETORES DO CNC
- ORDEM ALFABÉTICA -**



**COOXUPÉ
CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELO**

Carlos Augusto Rodrigues de Melo nasceu em Cabo Verde, sul de Minas Gerais. Formou-se em Odontologia na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), em 1974. Com um histórico familiar atuante na cafeicultura do Sul de Minas, Carlos Augusto se dedica ao sistema cooperativista desde 1977. No ano de 1983, passou a integrar o conselho fiscal da Cooperativa Regional de



Cafeicultores em Guaxupé Ltda (Cooxupé). Nos anos subsequentes, participou do conselho consultivo e, em 2003, passou a integrar a diretoria executiva da Cooxupé, assumindo a vice-presidência da cooperativa. Em março de 2019, assumiu a tarefa de presidir a Cooxupé, levando melhorias contínuas aos mais de 14.500 cooperados, distribuídos nas regiões do Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo.



COCAPEC
CARLOS SATO

Carlos Yoshiyuki Sato é Engenheiro Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura de Machado, possui Especialização em Liderança Cooperativista – Líderusp – pela USP de Piracicaba (SP), e MBA em Cooperativismo pela FEA/USP de Ribeirão Preto (SP). De 1988 a 2002 foi Engenheiro Agrônomo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo e membro do Conselho Administrativo da Cocapec. Entre 2002 e 2006 foi Diretor Secretário da Cocapec e Diretor de Crédito Rural Credicocapec, entidade onde assumiu a Diretoria Administrativa nos quatro anos seguintes. Durante o período de 2014 a 2018 exerceu a presidência do Conselho de Administração do Sicoob Credicocapec. Entre 2006 e 2018, foi Diretor Vice-Presidente da Cocapec, Cooperativa que assumiu a presidência neste ano.



**FED. CAFEICULTORES DO CERRADO MINEIRO
FRANCISCO SÉRGIO DE ASSIS**

Engenheiro agrônomo pela Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, desde 1986 atua como cafeicultor empreendedor na Região do Cerrado Mineiro e como liderança de entidades representantes de produtores em nível regional, nacional e internacional. É presidente da Associação dos Cafeicultores da Região de Monte Carmelo (AMOCA), desde 1992; da Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Monte Carmelo (Coocacer), desde 1999; e da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, desde 2001, além de, na área social, presidir o Conselho de Defesa Social de Monte Carmelo. Possui vasta experiência na cafeicultura, tanto como produtor, que lida com as questões administrativas do negócio, quanto como líder, que visa a melhorias contínuas, coletivas e sustentáveis para o café da Região do Cerrado Mineiro e do Brasil.



**BSCA - ASS. BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS
GUILHERME SALGADO REZENDE**

Guilherme Salgado Rezende é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Lavras – UFLA desde 1995, onde também fez pós-graduação em cafeicultura empresarial (1998). Concluiu pós-graduação em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, em 2006. Na Minasul, entrou no corpo técnico através de concurso, em 1998, e atuou como engenheiro agrônomo até 2004, quando foi transferido para o setor de gestão, assumindo a subgerência geral com foco



na gestão da loja. Sua experiência com o cooperativismo o levou ao Departamento de Café da Cooperativa em 2010, posição que comandou até 2016. Nesse período, recebeu o convite para representar os cooperados, a frente da Diretoria Comercial. Em dezembro de 2019, assumiu a presidência da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) por 12 meses, que se estenderam por mais 12, em 2020. Desde fevereiro de 2021 é conselheiro diretor do Conselho Nacional de Café (CNC).



MINASUL

JOSÉ MARCOS RAFAEL MAGALHÃES

Graduado em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicação pela PUC-MG, pós-graduado (Latu Sensu) em Engenharia Econômica, Marketing, Gestão de Pessoas, Gestão Empresarial, Planejamento Estratégico, possui MBA's em Gestão Estratégica de Empresas e Planejamento Integrado. Participou de vários cursos de especialização nos Estados Unidos (Cisco Co, Lucent, Microsoft, etc); Alemanha (Deutsche Telekom); Itália (Telecom Italia); Suíça (Elisa); Finlândia (Nokij); Japão (Nec Corporation) e ocupou cargos de direção em empresas dos setores estatal, privado e multinacional, atuando no Brasil e no exterior, tendo desenvolvido trabalhos de relevância em várias culturas e países. É cafeicultor no Sul de Minas há mais de 4 anos, participou do Conselho Fiscal (2015-2016) e, desde abril de 2016, ocupa o cargo de Diretor Presidente da Minasul.



BANCOOB
LUCIANO RIBEIRO MACHADO

Formado em Engenharia Agrônômica, em 1993, pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, em Viçosa (MG), pós-graduado e doutorado em Economia Rural, no ano 2000, também pela UFV. Possui formação internacional Link Program 7th Cycle – Confédération Internationale des Banques Populaires – CIBP –, em Montabaur, Alemanha. É produtor rural voltado à agricultura de precisão na Fazenda Santa Lúcia III e à pecuária de corte na Fazenda Guapuruvu, ambas em Unaí (MG). Foi assessor técnico na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA de 2001 a 2003 e ingressou no Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB em 2006, exercendo o cargo de Supervisor de Planejamento Estratégico. Na instituição, foi Gerente de Orçamento e Informações Gerenciais, Gerente de Agronegócios e, atualmente, é Superintendente Comercial. Foi comerciante na MVB Insumos Agropecuários e consultor nas empresas Rios Estudos e Projetos Ltda, Agronegócios Estudos e Projetos e na inLoco Assessoria e Projetos (até atualmente), além de ter sido docente de estatística, micro e macroeconomia, projetos, econometria, mercado de capital, avaliação de empresas e planejamento estratégico nas Universidades Federal de Viçosa, Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Estadual de Santa Cruz, Federal da Bahia, Católica de Brasília e UNICESP, além de Fundação Getúlio Vargas – FGV e Instituto Cenecista de Unaí. Atualmente, também é membro do Conselho Deliberativo da Fundação Sicoob de Previdência Complementar – Sicoob Previ.micro e macroeconomia, projetos, econometria, mercado de capital, avaliação de empresas e planejamento estratégico nas Universidades Federal de Viçosa, Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Estadual de Santa Cruz, Federal da Bahia, Católica de Brasília e UNICESP, além de Fundação Getúlio Vargas – FGV e Instituto Cenecista de Unaí. Atualmente, também é membro do Conselho



Deliberativo da Fundação Sicoob de Previdência Complementar – Sicoob Previ.também é membro do Conselho Deliberativo da Fundação Sicoob de Previdência Complementar – Sicoob Previ.também é membro do Conselho Deliberativo da Fundação Sicoob de Previdência Complementar – Sicoob Previ.



COOABRIEL
LUIZ CARLOS BASTIANELLO

Graduado em Direito pela Escola Superior de Magistratura do Espírito Santo, onde cursou Especialização e Preparação à carreira da Magistratura e curso preparatório para ingresso ao Ministério Público. Possui Especialização em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Processo Penal; pós-graduado em Administração Estratégica em Cooperativa. Detém participação em diferentes formações e capacitações voltadas para gestão, planejamento estratégico, etc. É cafeicultor, advogado, administrador e, desde 2019, presidente da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel (Cooabriel) e da Federação dos Cafés do Estado do Espírito Santo (FECAFÉS) e conselheiro administrativo da OCB/ES. Foi vice-presidente da Cooabriel durante nove anos, conselheiro administrativo por seis anos e, desde 1982, é sócio da Cooperativa, com a qual sua história pessoal e profissional tem forte ligação. Seu pai, Aurélio Bastianello, foi um dos fundadores da Cooabriel e presidente da entidade de 1974 a 1982, ano em que faleceu. Também foi membro do Conselho fiscal do Sicoob Norte – São Gabriel da Palha-ES por dois mandatos.



COCATREL e COCCAMIG
MARCO VALÉRIO ARAÚJO BRITO

Graduado em Administração de Empresas e Comércio Exterior. Dentre suas especializações estão o Lidercoop, pela Ocemg, e o Programa de Desenvolvimento de Dirigentes, pela Fundação Dom Cabral. Suas experiências profissionais incluem atuações em diversas empresas, no Brasil e no exterior; também passou por bancos e empresas onde atuou com mercado financeiro, bolsa de valores, commodities e derivativos e trabalhou como coordenador geral do Denac (Departamento Nacional do Café), em Brasília (DF). Foi sócio-fundador de empresas com atuação na área de consultoria e mercado de capitais e conselheiro do Sicoob Copersul por 12 anos, sendo 3 como vice-presidente. Atualmente, integra vários conselhos de entidades ligadas ao café, como o CNC, e é presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) e da Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais (Coccamig).



Palavra do Presidente

O ano de 2021 se encerra com as esperanças renovadas para a cafeicultura brasileira. Foram inúmeros desafios, momentos de incertezas com as intempéries climáticas, clima tenso em função do alto custo de produção e câmbio oscilante. O Conselho Nacional do Café não se furtou em momento algum de sua função: ser o principal representante da produção cafeeira.

A Covid-19 trouxe uma desestabilização política e econômica ao nosso país e ao mundo, mas o agronegócio nacional nunca parou. Inserida nesse contexto, a cafeicultura se manteve forte, sustentada por 330 mil produtores, sendo 78% da agricultura familiar, gerando, anualmente, US\$ 5 bilhões a US\$ 7 bilhões em vendas externas, 8,4 milhões de empregos e R\$ 35 bilhões de renda no campo, em 1.983 municípios.

Vale ressaltar que esses recursos são operados em sua maioria pelas nossas cooperativas, as quais geram riqueza e levam desenvolvimento sustentável para nosso país, garantindo a permanência do homem no campo e evitando as consequências trágicas do inchaço nos centros urbanos.

Mas não só de Covid-19 foram feitos os desafios no ano que se finda. Enfrentamos uma batalha árdua ao impedir novas investidas contra o nosso Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Por desconhecimento de sua importância, por vezes, temos nos deparado com tentativas de confisco dos mais de R\$5.9 bilhões, que são utilizados para financiar a cadeia cafeeira, e que dá suporte para o sucesso da cultura.

Como reflexo dos trabalhos empenhados pelo Conselho Nacional do Café (CNC), coordenando as ações junto às cooperativas cafeeiras e aos parlamentares, em especial ao senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal, ao Senador Jorginho Mello, Antônio Augusto Anastasia, Paulo Paim, Simone Tebet, ao relator Otto Alencar, em nome dos quais cumprimos os demais senadores; e também ao gabinete do deputado federal Evair de Melo, vice-líder do governo no Congresso, presidente da Frencoop e da FrenCOMEX e vice das Frentes Parlamentares da Agropecuária (FPA) e do Café, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foi retirado da lista de fundos públicos (PEC 187) que poderiam ter seus recursos utilizados para outras finalidades.

Após vários dias de apreensão, 04 de março marcou a data em que comemoramos a exclusão do Funcafé dessa lista, o que representa uma vitória para a cafeicultura brasileira. Após intenso trabalho do CNC e de vários líderes,



temos que agradecer a compreensão demonstrada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e pelo relator da matéria, senador Otto Alencar, além dos parlamentares que apoiaram a causa.

Neste íterim, tínhamos o desafio de comemorar os 40 anos do Conselho Nacional do Café. Mesmo estando enfrentando esse momento desafiador nas finanças, o CNC planejou e executou um lindo evento que marcará época. Tudo foi realizado de forma online, com presenças de autoridades, líderes do setor agropecuário, técnicos e produtores. Contamos com a ilustre presença da Ministra de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. O encontro online foi apresentado pela jornalista Lilian Munhoz, apresentadora do Canal Terra Viva da Band e especialista em agronegócio.

Lembremos do que nossa Ministra destacou sobre o CNC. “Depois da criação do CNC tivemos ainda o estabelecimento do CDPC (Conselho Deliberativo de Política do Café) que criaria este espaço adequado para formulação de políticas e cada vez mais alinhadas com as demandas do setor. Continuaremos, com certeza, a prestar todo o apoio necessário para que a cafeicultura brasileira atinja números cada vez mais altos de excelência na geração de renda, inclusão social e na produção com sustentabilidade”.

Contamos ainda com a participação de pessoas importantes no processo de fortalecimento do agronegócio nacional como o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Márcio Lopes de Freitas, o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Dr. João Martins da Silva Júnior e o Diretor-presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles.

Mas, o maior desafio estava por vir. No dia 20 de julho fomos surpreendidos no período da manhã, com a notícia por parte de produtores, cooperativas, associações e imprensa de uma forte geada em áreas produtoras de café. A partir daí, o CNC e as demais representações do setor começaram um trabalho incessante para verificar o tamanho do prejuízo. Neste relatório, há um passo a passo das ações, desde o primeiro dia de evento climático até a assinatura dos contratos e liberação dos recursos aos agentes financeiros, para total apoio aos produtores por parte do Funcafé. Destacamos que muitos, às vezes, desconhecem e ignoram que a cafeicultura conta com uma estrutura de representação que nenhuma outra cultura tem.

Mesmo enfrentando esses desafios, 2021 foi um ano de grandes avanços no CNC. A implantação da Nova Governança do conselho, demonstrou como a



instituição está com um olhar voltado para o futuro. Os comitês técnicos (Pesquisa & Tecnologia, Estatística, Sustentabilidade e Comunicação) saíram do papel e trouxeram nova vida ao CNC. Foram realizadas 26 reuniões que permitiram que temas estratégicos fossem abordados, desenvolvidos e, assim, vários projetos nascidos para garantir a eficiência, produtividade e competitividade do setor.

Exemplo disso, está nos últimos trabalhos da instituição. Foram lançadas as cartilhas orientativas sobre Armazenagem de Café e Seguro Rural, ideias nascidas nos comitês e desenvolvidas em parceria com o MAPA, Conab, OCB, Emater, entre outros.

Já no encerramento do ano foi lançado no dia 08 de dezembro o Programa Café Produtor de Água. Trata-se de um projeto de vanguarda, exclusivo para as fazendas produtoras de café. O programa visa atender ao princípio da sustentabilidade, que atualmente é discutido com a sociedade como meio de preservação da vida, pois dentre os bens mais destacados tem-se como o principal, a preservação dos nossos mananciais. O “Café Produtor de Água” busca viabilizar a implementação de práticas e manejos conservacionistas e de melhoria da cobertura vegetal, que contribuam para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação, e para o aumento da infiltração de água no solo.

Para fechar o ano com chave de ouro, reinauguramos o escritório de representação do CNC em São Paulo, num evento marcante. As salas, situadas no prédio da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de São Paulo (SFA-SP), sempre foram referência na cafeicultura brasileira. O ambiente foi cenário de importantes reuniões e decisões do mundo do café.

Em 2021, o escritório passou por uma reforma e reestruturação para melhor atender as cooperativas, associações, produtores, parlamentares, autoridades, indústrias e o mercado consumidor, e assim, reativar este espaço e relembrar a história do Conselho Nacional do Café. O evento contou com a presença em peso de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a exemplo do Secretário-Executivo, Marcos Montes, da Superintendente Federal de Agricultura de São Paulo, Andrea Figueiredo Procópio de Moura, do Secretário de Política Agrícola (SFA), Guilherme Sória Bastos Filho, do Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento, Sílvio Farnese, e do Diretor Executivo de Política Agrícola e Informações da Conab, Sérgio De Zen e da Coordenadora Geral do Café, Janaína Macedo Freitas.



Do Ministério da Economia esteve presente o Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente, Rogério Boueri Miranda.

O evento teve ainda a inauguração da galeria dos ex-presidentes, contando com a presença de Manoel Vicente Fernandes Bertone, Osvaldo Henrique Paiva Ribeiro e Maurício Miarelli, que já dirigiram o CNC, o descerramento da placa da galeria foi marcado pela emoção, principalmente, por parte das famílias dos ex-gestores do conselho que já faleceram. Mulheres, filhos e até netos de ex-presidentes marcaram presença e se emocionaram com a lembrança.

A galeria inaugurada conta com a fotografia de todos os ex-presidentes: Roberto Costa de Abreu Sodré (1981 a 1985), José Carlos Jordão da Silva (1986), Jaime Nogueira Miranda (1986 a 1991), Murilo Carlos Paiva Carvalho (1991), Suelly Evandro Amarante (1991 a 1993), Manoel Vicente Fernandes Bertone (1993 a 1995), Gilson José Ximenes Abreu (1995 a 2001), Osvaldo Henrique Paiva Ribeiro (2001 a 2005), Maurício Miarelli (2005 a 2007), Gilson José Ximenes Abreu (2007 a 2011) e Silas Brasileiro (2011 até o momento).

Outro ponto de grande expressão foi a entrega da premiação do 3º prêmio Café Brasil de Jornalismo, “Dr. Carlos Alberto Paulino da Costa” – patrono do concurso. Classificação final ficou a seguinte: 1º colocada – Livia Andrade, “O café ABC de Minas Gerais”, publicada pela Revista Globo Rural; 2º colocado – Julio Huber, “Café com sabor da garra feminina”, veiculada pela Revista Negócio Rural; 3º colocada – Giuliana Bastos, “Os impactos da geada no café do Brasil”, publicada por PDG Brasil; 4º colocados – Bruno Silveira, Ivandelio Sousa e Suele Aguiar, “Em Minas Gerais, agricultores conseguem dobrar produção de café com orientações da ATeG do Senar”, publicado por Canal Terra Viva; 5º colocados – Ricardo Medeiros, Vitor Jubini e Murilo Cuzzuol, “Campo evolui sob o comando das novas gerações na agricultura capixaba”, publicado pela Gazeta.

Queremos render aqui nossas homenagens a todos as cooperativas e associações vinculadas ao CNC, que se dispuseram a ceder colaboradores de seus quadros funcionais para participarem dos nossos comitês, o que contribuiu, substantivamente, para alcançarmos os resultados das reuniões que foram realizadas. O cooperativismo é a mola mestra de uma engrenagem muito bem ajustada. Assim foi em 2021. A parceria e atuação das entidades deu fôlego ao Conselho Nacional do Café, aproximou-nos dos produtores e, em contrapartida, fizemos gestões fundamentais para o sucesso das empreitadas.



Não podemos finalizar sem citar o apoio de nosso Conselho Diretor e de nossas cooperativas associadas que mantém o Conselho, além da participação de nossos colaboradores nesse processo. Neste ano houve uma reestruturação no quadro em busca de cumprir os novos desafios impostos por tudo o que já apresentamos. A cada um, o nosso muito obrigado, pela dedicação e apoio em todas as ações.

Por fim, já avistamos 2022 chegando com inúmeras perspectivas. Ainda temos dúvidas sobre qual será nossa produção real, se nosso café “vingou”, se os grãos irão se desenvolver, se o clima será propício à produção, porém, com o ano que se encerra, estaremos atentos, sendo propositivos sempre, reativos quando necessário. Que o próximo ano seja de uma produção próspera: economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Silas Brasileiro

Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)



Conselho Nacional do Café: O Guardião do Funcafé

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

O que é?

O setor cafeeiro é o único do agronegócio brasileiro que possui um fundo próprio, constituído com recursos originários do setor produtivo. O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foi criado pelo Decreto-Lei nº 2.295/86, regulamentado pelo Decreto nº 94.874/87 e ratificado pela Lei nº 9.239/95 como parte do ajuste da política cafeeira frente ao processo de democratização e reforma administrativa do Estado Brasileiro.

Qual a finalidade do Funcafé?

- Desenvolver a cadeia produtiva do café do Brasil através de financiamentos e incentivos à modernização da cafeicultura (mais produtividade e qualidade) e também a pesquisa cafeeira, para o desenvolvimento de plantas resistentes à pragas, doenças, condições climáticas adversas, buscando produzir com menos custos, mais tecnologia para sermos mais competitivos no mercado;
- Apoio à indústria e à exportação, para aumento de consumo e conquista de mercados, garantindo compradores para os cafés produzidos nas propriedades rurais;
- Promoção do ordenamento da oferta (financiamento da estocagem para evitar que os cafeicultores e suas cooperativas tenham que vender café nos períodos em que os preços estão mais aviltados).

Monitoramento CNC

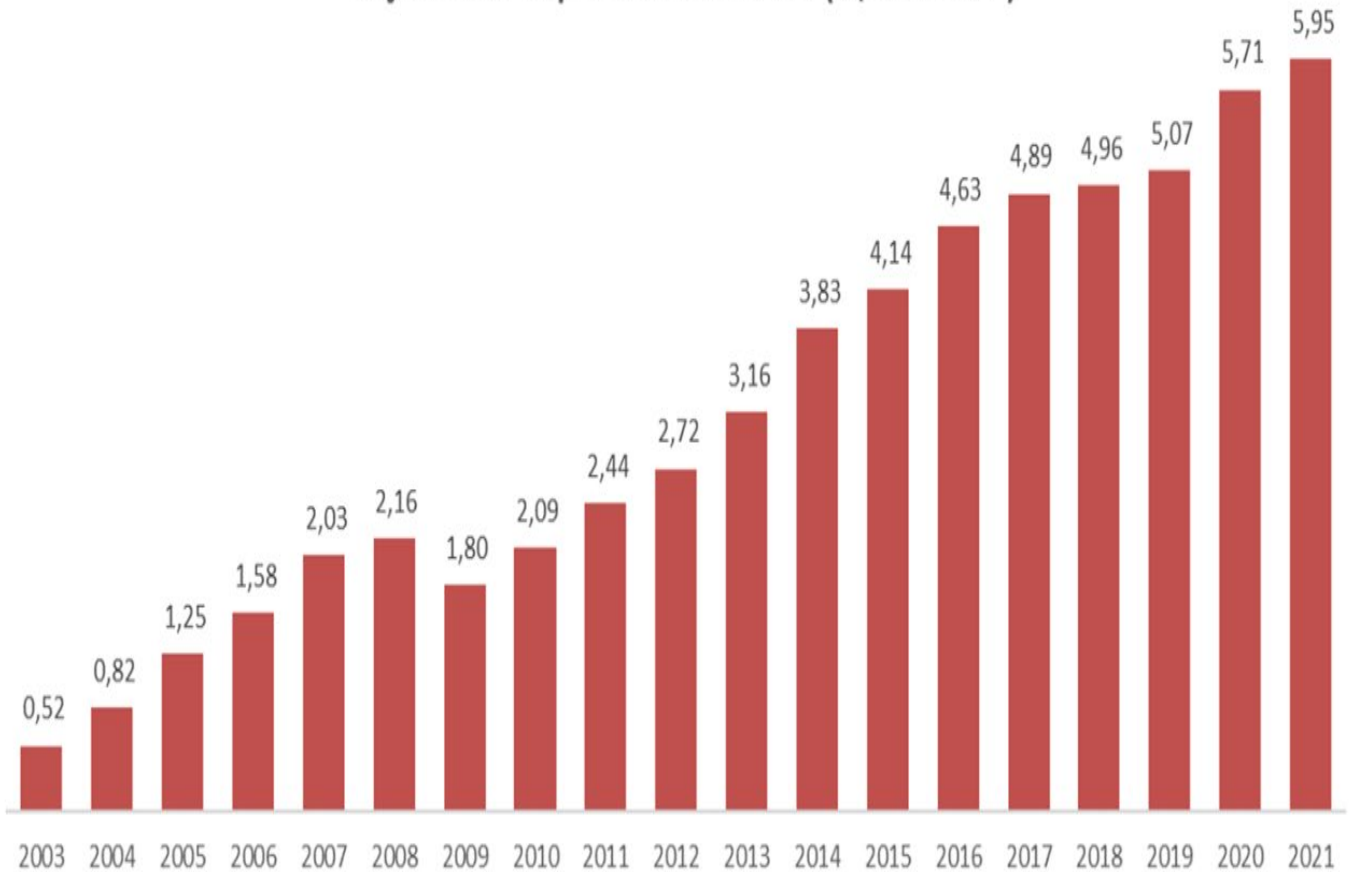
PLOA 2021 e PLOA 2022: O CNC acompanhou atentamente a tramitação do projeto de lei orçamentária 2021, no Congresso Nacional, sempre com foco as atividades relacionadas à cafeicultura. O PLOA 2021 foi aprovado em **25/03/2021**, destinando um orçamento de R\$ 5,952 bilhões para o Funcafé (valor 4,24% superior ao registrado no orçamento da União de 2020). Esse é um resultado tangível do trabalho institucional de preservação do Funcafé realizado pelo CNC, ao longo dos anos. No tocante ao PLOA 2022, o Poder Executivo encaminhou a proposta à CMO da Câmara dos Deputados em 31/08/21, com orçamento do Funcafé previsto em R\$ 6,079 bilhões.



Orçamento do Funcafé

Em 2021, foi aprovado orçamento recorde de R\$ 5.952,9 bilhões.

Orçamentos Aprovados Funcafé (R\$ bilhões*)



A ativa participação do CNC no CDPC permitiu a aprovação de sucessivos orçamentos recordes do Funcafé nos últimos anos, apesar da crise fiscal que assola o País: mais recursos à disposição dos cafeicultores e de suas cooperativas de produção, cooperativas de crédito e bancos cooperativos.



Legislação Funcafé 2021

Publicações antes da geada

ABRIL
RESOLUÇÃO CMN
Nº 4.907

- Define os recursos para os financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

MAIO
AVISO

- Torna pública a contratação de instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para atuarem na aplicação e administração de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

MAIO
PORTARIA
SPA/MAPA Nº 19

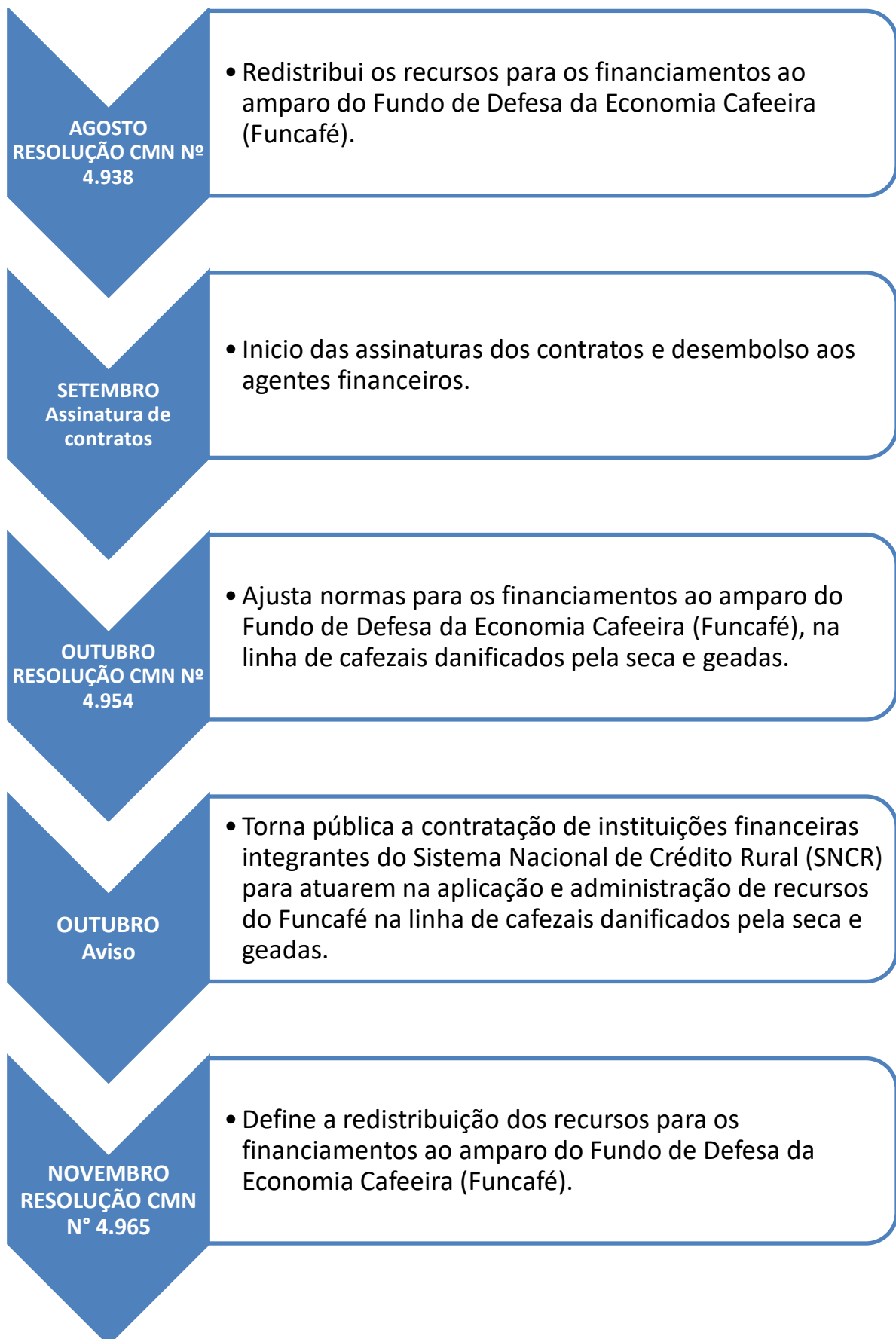
- Define os critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé entre os agentes financeiros interessados em operacionalizar os recursos do Fundo.

JUNHO
RESOLUÇÃO CMN
Nº 4.913

- Definição das taxas de juros a serem aplicadas ao Funcafé, na safra 2021/2022.



Publicações após a geada

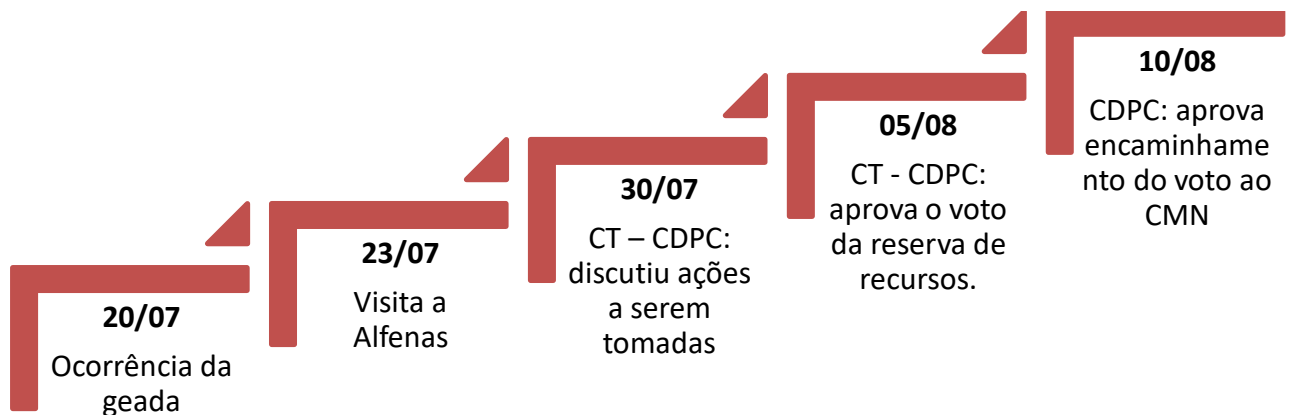


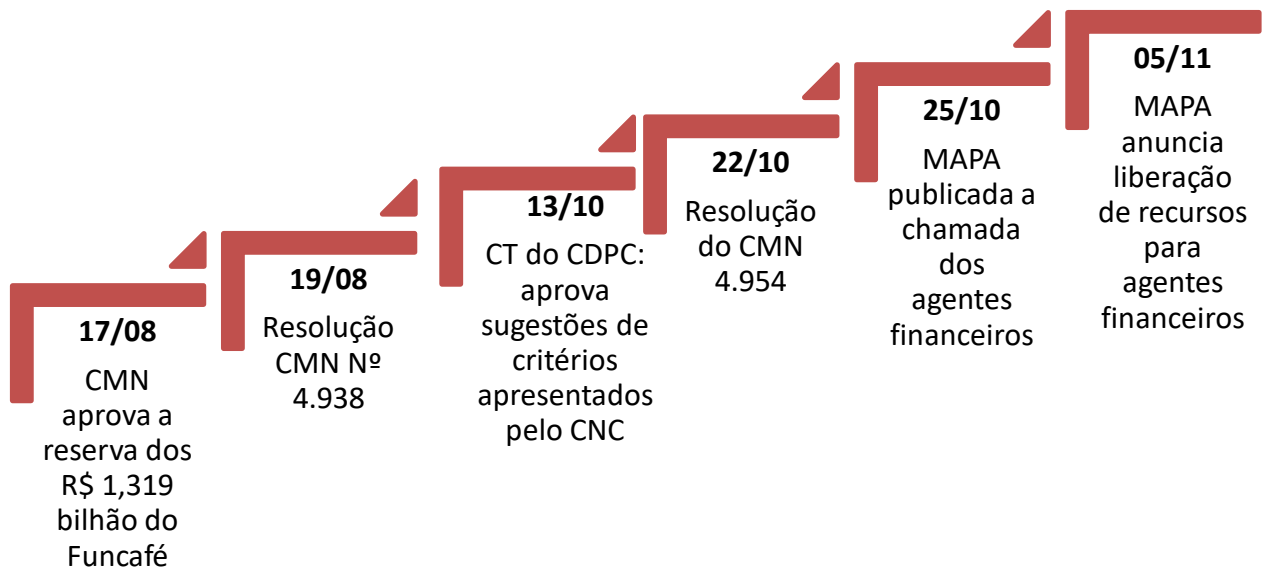
**Distribuição dos recursos do Funcafé para safra 2021/2022**

Distribuição dos recursos das linhas de financiamento do Funcafé em 2021 (em milhões)							
Valor total	Mês de publicação	Publicação	Comercialização	Custeio	FAC	Capital de giro	Recuperação de cafezais danificados
5.952,90	Abril	Resolução CMN Nº 4.907	2208,5	1600,0	1354,0	631,0	160,0
	Agosto	Resolução CMN Nº 4.938	1766,8	1280,0	1083,1	504,4	1319,0
	Novembro	Resolução CMN Nº 4.965	1946,6	1410,5	1245,5	695,8	654,5

Fonte: DOU/ Elaboração: CNC

As geadas do dia 20 de julho atingiram lavouras de café, principalmente, em Minas Gerais, Paraná e São Paulo, comprometendo a safra de café de 2022. Com isso, alterações nas distribuições dos recursos do Funcafé ao longo de 2021 foram necessárias, a fim de atender os produtores que tiveram suas lavouras danificadas.

Passo a passo das ações do CNC desde a data do evento climático



Em 20 de julho, o CNC foi surpreendido no período da manhã, com a notícia do ocorrido por parte de produtores, cooperativas, associações e imprensa. Uma audiência com a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, o Secretário de Política Agrícola (SPA/MAPA), Guilherme Sória Bastos Filho e o Diretor de Comercialização e Abastecimento (DCA/MAPA), Silvio Farnese, foi realizada em 22 de julho para tratar sobre os impactos das geadas nas regiões produtoras de café. A ministra buscou informações detalhadas de como tratar a atual situação com o presidente Silas Brasileiro, sendo entregue ofício com possíveis sugestões de providências a serem tomadas.

Em 23 de julho, a Ministra Tereza Cristina decidiu visitar a região de Alfenas-MG para ver a situação das lavouras atingidas pela geada e convidou Silas Brasileiro para compor a comitiva. Posteriormente, em 28 de julho, foi realizada reunião com a presença do Secretário Guilherme Bastos, diretor Sílvio Farnese, diretor do Departamento de Gestão de Riscos da SPA, Pedro Loyola, e o coordenador de Seguro Rural, Luís Crisóstomo, para tratarem de soluções para as perdas ocasionadas pela geada e discussão de medidas que poderão ser adotadas, e inclusive o Seguro Rural.

Em 30 de julho, os membros do Comitê Técnico do CDPC reuniram-se para discutir as ações a serem tomadas e em 03 de agosto, durante reunião virtual com a Ministra Tereza Cristina e representantes da SPA, do Ministério da Economia, da OCB, do CNC e da CNA, ficou definida a contratação de uma empresa com perfil técnico para fazer o levantamento das áreas de café atingidas pelas geadas, sendo escolhida a Fundação Procafé, com o custo de R\$



250 mil, cobertos pela OCB através do seu presidente Márcio Lopes de Freitas. Na oportunidade foi também definida a retenção de 20% do Funcafé para recuperação de cafés em eventualidade climática.

Em 5 de agosto foi realizada nova reunião do Comitê Técnico do CDPC, com aprovação do voto da reserva de recursos e encaminhamento ao Ministério da Agricultura, com a participação do Ministério da Economia, MAPA, CNC, CECAFÉ, Comissão Nacional do Café da CNA, ABIC e ABICS.

Em 10 de agosto teve aprovação unânime do CDPC para encaminhamento do voto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) da reserva de recursos do Funcafé para atender os produtores que tiveram lavouras atingidas. A reunião, presidida pela Ministra Tereza Cristina contou com a participação do ME, MAPA, CNC, CecaFé, Abic, CNA, ABICS, Embrapa, Cocatrel, Cooxupé e Minasul.

Em 17 de agosto, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou em reunião extraordinária, a Resolução nº 4.938, que reservou R\$ 1,319 bilhão para o auxílio a produtores de café afetados pelas geadas nas principais regiões produtoras de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Reiterando que, em abril deste ano o próprio CMN – formado por integrantes do Ministério da Economia e do Banco Central – já havia aprovado a distribuição de recursos, para o ano agrícola de 2021/2022, das linhas de financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Em 13 de outubro, o Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) definiu os critérios a serem encaminhados ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para que a linha especial, reservada em R\$ 1,319 bilhão, fosse liberada aos agentes financeiros. Assim, o produtor que teve sua lavoura atingida e, que se enquadre nos critérios, terá acesso ao crédito. O CNC apresentou ao CDPC uma sugestão de critérios e valores a serem adotados através da Linha de recuperação de cafezais danificados pela seca e geada, posteriormente aprovado pelo CMN.

Dos itens discutidos foram aprovados critérios como prazos, carência e valor por hectare, conforme texto abaixo:

1) “ERRADICAÇÃO TOTAL DA LAVOURA (Nova Formação)”

Valor a ser liberado por ha é de até R\$ 25.000, na seguinte condição de pagamento: prazo de 8 (oito) anos, sendo 3 (três) anos de carência e pagamento em 5 (cinco) parcelas anuais, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé.



2) “RECUPERAÇÃO ATRAVÉS DA PODA DE DECOTE”

Valor a ser liberado por ha é de até R\$ 6.000,00, na seguinte condição de pagamento: prazo de 2 (dois) anos, sendo 1 (um) ano de carência e pagamento no segundo ano em parcela única, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé.

3) “RECUPERAÇÃO ATRAVÉS DA PODA DE ESQUELETAMENTO”

Valor a ser liberado por ha é de R\$ 15.000,00, na seguinte condição de pagamento: prazo de 3 (três) anos, sendo 2 (dois) anos de carência e pagamento no terceiro ano em parcela única, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé.

4) “RECUPERAÇÃO ATRAVÉS DA PODA DE RECEPA”

Valor a ser liberado por ha é de R\$ 18.000,00, na seguinte condição de pagamento: prazo de 6 (seis) anos, sendo 3 (três) anos de carência e pagamento em 3 (três) parcelas anuais, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé.

Critérios A SEREM ENCAMINHADOS AO CMN PARA QUE A LINHA ESPECIAL DO FUNCAFÉ, RESERVADA EM R\$ 1.319 BILHÃO, SEJA LIBERADA AOS AGENTES FINANCEIROS. Conselho Nacional do Café

ERRADICAÇÃO TOTAL DA LAVOURA (Nova Formação)	RECUPERAÇÃO ATRAVÉS DA PODA DE ESQUELETAMENTO
<ul style="list-style-type: none">Até R\$25.000,00 p/ hectareprazo de 8 (oito) anos, sendo 3 (três) anos de carênciapagamento em 5 (cinco) parcelas anuais, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé	<ul style="list-style-type: none">Até R\$15.000,00 p/ hectareprazo de 3 (três) anos, sendo 2 (dois) anos de carênciapagamento no terceiro ano em parcela única, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé
RECUPERAÇÃO ATRAVÉS DA PODA DE DECOTE	RECUPERAÇÃO ATRAVÉS DA PODA DE RECEPA
<ul style="list-style-type: none">Até R\$6.000,00 p/ hectareprazo de 2 (dois) anos, sendo 1 (um) ano de carênciapagamento no segundo ano em parcela única, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé	<ul style="list-style-type: none">Até R\$18.000,00 p/ hectareprazo de 6 (seis) anos, sendo 3 (três) anos de carênciapagamento em 3 (três) parcelas anuais, com as mesmas taxas de remuneração do Funcafé

2 – Para operações de replantio o financiamento será exclusivamente em áreas contempladas pelo zoneamento agrícola de risco climático publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA **ou em áreas consideradas aptas para a atividade cafeeira**



O presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, destacou a sensibilidade e a agilidade do MAPA em busca de uma solução conjunta para minimizar os impactos dos eventos climáticos. “Registro com imensa alegria o desenvolvimento e rapidez no encaminhamento feito pelo Mapa. O Secretário Guilherme Bastos, o Diretor Silvio Farnese, a coordenadora Janaina Macedo, e toda a equipe do Ministério, tem sido muito ágil e de uma boa vontade ímpar ao atender o pleito com um trabalho extraordinário”, elogiou.

Em 21 de outubro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) acatou o voto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que apresentava os critérios para liberação dos R\$ 1.318.582.400,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais) na linha de crédito para recuperação de cafezais danificados aprovados pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

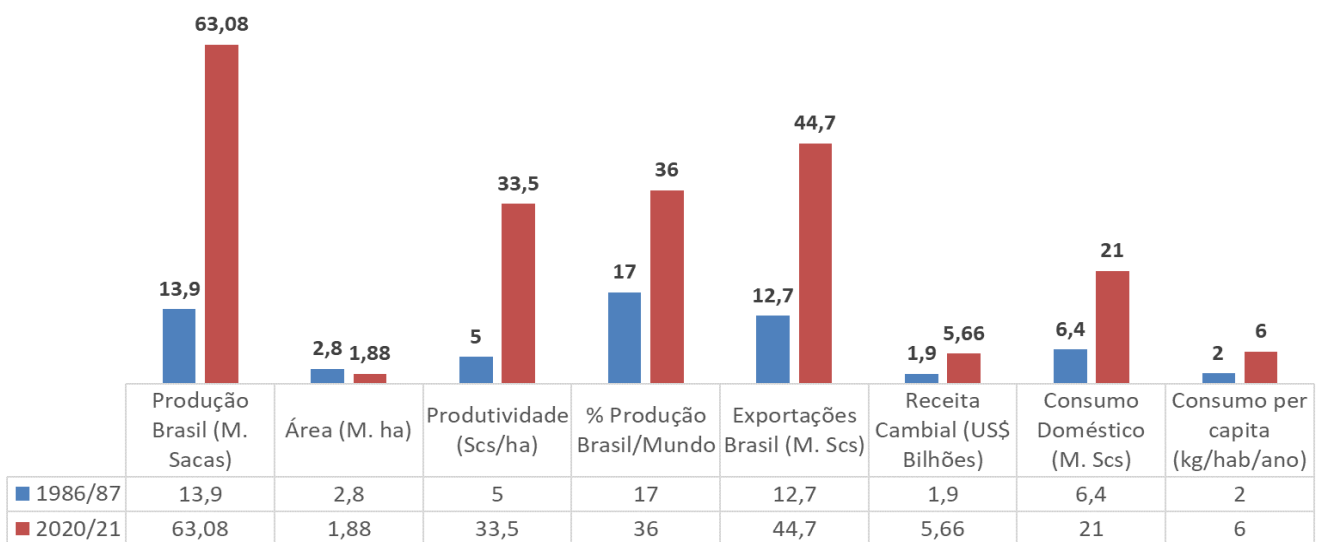
Com a resolução Nº 4.954, publicada oficialmente, os recursos poderão ser contratados até 30 de junho de 2022. Assim, o produtor que teve sua lavoura atingida e, que se enquadre nos critérios, terá acesso ao crédito. Esse prazo de contratação se justifica em razão de danos que podem aparecer nas plantas ao longo de alguns meses. A publicação da Resolução Nº 4.954 refletiu no encaminhamento do voto, entendendo a solicitação do CNC feita no Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). No entanto, “o item IV letra d” merece uma observação quanto ao laudo técnico: propusemos serem feitos pelas Emateres nos estados ou engenheiro agrônomo do quadro dos agentes financeiros ou por eles indicados, visto dar mais transparência ao processo. Já na letra “e” da resolução foi acrescido – para efeito de financiamento – lavouras que estão fora ZARC (Zoneamento Agrícola de Risco Climático) de 2018, o que também abre uma exceção ao que nós propusemos.

Em 18 de novembro, o Comitê Técnico do Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC) se reuniu, para definir a realocação dos recursos remanescentes na linha de recuperação de cafezais atingidos pela seca e geadas, reservados em R\$1,319 bilhão, dos quais não foram contratados R\$664.104.400,00. O colegiado analisou várias propostas para redistribuir os valores, que tem como origem o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), e definiu que o saldo remanescente será baseado nos recursos aplicados até agora pelas demais linhas atendidas, ou seja, as mais solicitadas. Atualmente, as linhas mais demandadas são: capital de giro, comercialização e FAC (Financiamento para Aquisição de Café). Isso se deve ao fato da atual conjuntura econômica mundial, que promove o aumento do custo de produção, devido à alta no preço dos insumos, dificuldades em razão dos problemas de escoamento de produção e elevado preço do café nas bolsas mundiais.



O Conselho Monetário Nacional (CMN) se reuniu em 25 de novembro, para definir a realocação dos recursos remanescentes do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) na linha de recuperação de cafezais atingidos pela seca e geadas, reservados em R\$1,319 bilhão. A proposta aprovada pelo Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política de Café (CDPC) definiu a realocação dos valores, com a publicação do Resolução nº 4.965. Dessa maneira, a celeridade e responsabilidade do CNC, do CDPC, do Ministério da Agricultura, das entidades públicas e privadas, além do CMN fizeram a diferença para que os cafeicultores fossem e sejam atendidos da melhor maneira possível.

Importância do Funcafé e sua função social



Fonte: Resolução CMN 4.938 de 2021

Nesses 35 anos de existência do Funcafé os resultados são evidentes, com crescimento da participação do Brasil no mercado mundial e da receita cambial gerada pelo Fundo. Esse arcabouço financeiro é fundamental para que o café permaneça como esteio de desenvolvimento de 1.983 municípios brasileiros e continue gerando emprego. Em 2021, mesmo com a pandemia de covid -19 e condições climáticas adversas, a cafeicultura mostrou-se resiliente. Por meio de materiais orientativos para prevenção e combate ao coronavírus, diálogo constante com a base e ações rápidas de apoio ao produtor, os trabalhos foram conduzidos com cautela, mas em ritmo normal, gerando 5.632 novos empregos no setor. Assim, diversas vitórias foram conquistadas tanto no aspecto econômico quanto no social, graças à qualidade e transparência na gestão do Funcafé.

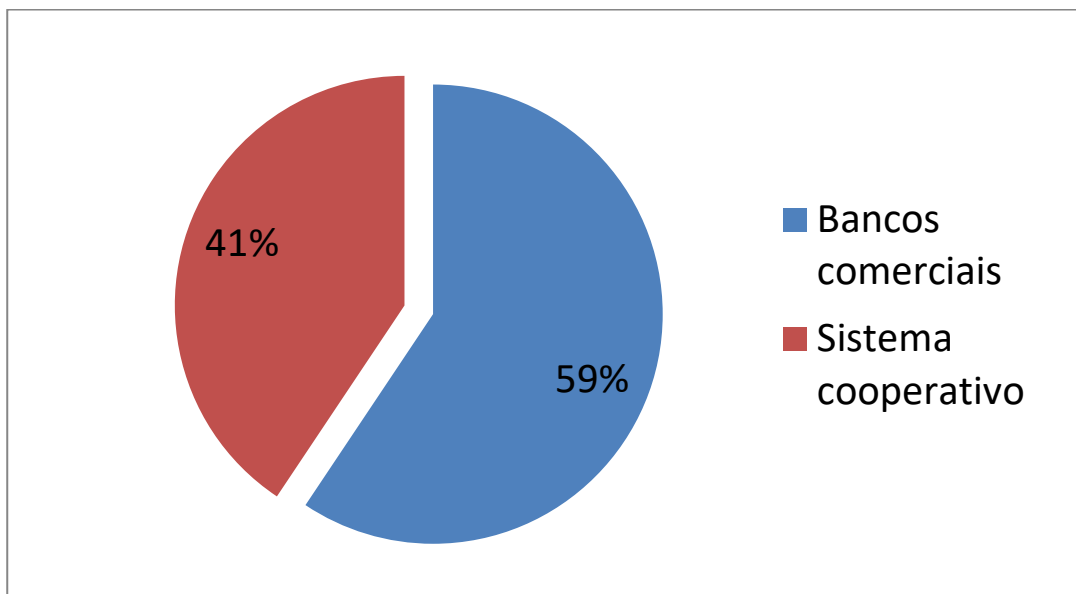


O Funcafé tem cumprido suas funções ao funcionar como suporte direto da cafeicultura, tanto no aspecto econômico, com incremento de produção e rendimentos, quanto no social, de forma que a renda obtida a partir dos recursos do Fundo contribui para geração de empregos e, ainda, para que o agricultor permaneça no campo, estimulando novas gerações de cafeicultores. As cooperativas são agentes que facilitam a tomada de crédito pelo produtor, agindo como intermediários ou diretamente. Assim, o repasse dos recursos às cooperativas é essencial, visto que oferecem serviços integrados fundamentais para uma maior resiliência dos pequenos produtores a choques externos (sejam mercadológicos ou climáticos), tecnologias, armazenagem, preparo do café, insumos para condução da lavoura no ano-cafeeiro, assistência técnica, assim como mecanismos de gestão de riscos, como o barter e o hedge com mercados futuros.

As cooperativas de crédito são instrumentos de importância fundamental no apoio ao agronegócio, em especial à cafeicultura. Segundo o Banco Central do Brasil, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo é o segmento que mais cresce no crédito rural, com evolução superior aos demais grupos de Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional. Essa trajetória é consistente com o seu foco de atuação no agronegócio. Portanto, o cooperativismo de crédito, braço forte do produtor, atua no apoio direto e indireto aos cafeicultores; disponibilizando crédito e novos recursos, auxiliando na solução de problemas, oferecendo o melhor atendimento e as melhores condições no alongamento dos prazos de suas dívidas. Percebe-se que houve aumento significativo da participação das cooperativas de crédito nas operações com recursos do Funcafé. Esse interesse beneficia diretamente o pequeno cafeicultor, facilitando seu acesso aos recursos, além de dar condições às cooperativas de crédito de aumentar sua importância no fomento à concorrência.



Crescimento da atuação do sistema cooperativo ao operar recursos do Funcafé na safra 2021/2022



Na safra 2021/22, as cooperativas representam o total 41% dos agentes financeiros que operam com recursos do Funcafé, sendo cooperativas de crédito e bancos cooperativos. Vale destacar a atuação do Sicoob como repassador de recursos às cooperativas de crédito e também no apoio ao pequeno produtor.

Ameaças recentes

PEC 187 - O teor dessa Proposta de Emenda à Constituição pretende extinguir os fundos infraconstitucionais no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Caso extintos, haverá a possibilidade desde que justificadas a recriação dessas estruturas, até o fim do segundo ano seguinte à promulgação da emenda, sendo necessária, para tanto, a aprovação de uma lei complementar específica, para cada fundo, pelo Congresso Nacional, o que, em nossa avaliação com relação ao Executivo e ao Congresso, torna-se inviável.

PEC 186 - Destinação do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos, apurados nos orçamentos fiscal e da seguridade Social da União, com exceção do excesso de arrecadação e do superávit financeiro decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas com Estados, Distrito Federal e Municípios, à amortização da dívida pública federal.

PEC 188 - O excesso de arrecadação e o superávit financeiro das fontes de recursos, apurados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, com exceção daqueles decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de



receitas com Estados, Distrito Federal e Municípios, serão destinados à amortização da dívida pública federal.

AÇÕES DO CNC

- O CNC atuou na manutenção do Funcafé no Senado Federal e conseguiu a exclusão do Funcafé e outros 7 Fundos da PEC 187, atuando na elaboração da Emenda nº 21, apresentada pelo senador Jorginho Mello.
- Na PEC 186, conhecida como PEC emergencial, o CNC dialogou com os parlamentares, desde agosto de 2020, e apresentou a sugestão de alteração da PEC 186, visando à preservação do superávit do Funcafé, com a Emenda nº 86, do senador Rodrigo Pacheco.
- Sendo o Funcafé fundamental ao fomento do setor café, é inegável que ele é uma prioridade para a cafeicultura brasileira, dado seu caráter estratégico, sob aspectos **econômicos** e **sociais** para o País.

Novas ameaças:

EC 109: Até o final do segundo exercício financeiro subsequente à data da promulgação desta Emenda Constitucional, o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo, apurados ao final de cada exercício, poderá ser destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente.

Visão do CNC: O FUNCAFÉ foi constituído com recursos confiscados dos próprios cafeicultores, visando à aplicação exclusiva no setor café, não tendo outra fonte com a decisão do STF de suspender o confisco, e nem do Tesouro Nacional. Dessa forma, não pode ser responsabilizado pelo excesso de vinculação de receitas que dificulta a gestão fiscal do País.

Auditoria operacional TCU: O objetivo da auditoria é avaliar a governança e a gestão do Funcafé, a fim de compreender como ocorre a tomada de decisão de investimentos e verificar se o Fundo tem conseguido atingir os objetivos para o qual foi criado.

O CNC tem trabalhado intensamente no assunto, no sentido de comprovar que o Funcafé é um Fundo social e transparente, cuja aplicação de recursos não beneficia entidades de forma diferenciada. O CNC apresentou propostas de aplicação dos objetivos do Funcafé estabelecidos em sua criação, propondo sua aplicação dentro da realidade atual. Devido às ações do CNC junto ao TCU, com relatórios em resposta à auditoria, houve adiamento da publicação do relatório final, uma vitória do Conselho Nacional do Café, visto que devido ao fechamento do ano e proximidade da votação do projeto de orçamento anual de 2022, o tema dificilmente terá encaminhamento à CMO para esse exercício.



Nesse processo, o CNC participou de reuniões com atores da cadeia café e trabalhou na elaboração de relatórios em defesa do Fundo, ainda, elaborou um documento com sugestões de atualização da legislação do Funcafé, pois além da sua modernização, o CNC sugeriu a aplicação dos recursos do fundo para a pesquisa e para o pagamento de contribuições às organizações internacionais, como a OIC.

Sugestão de modificação dos objetivos do Funcafé,

- (a) Incentivo à assistência técnica e extensão rural para agentes da cafeicultura, em especial o pequeno e médio produtor, com o objetivo de elevar produtividade e qualidade.
- (b) Apoiar programas e projetos de pesquisa, compreendendo a inovação, transferência de tecnologia no setor cafeeiro, bem como desenvolvimento de novas tecnologias para incremento de produção.
- (c) É vedada a alocação orçamentária dos valores destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico em reservas de contingência.
- (d) Desenvolvimento de novas técnicas de cultivo e beneficiamento do produto nas pequenas e médias propriedades;
- (e) Incentivo ao cooperativismo da lavoura cafeeira e à expansão das cooperativas ou entidades afins já existentes;
- (f) Aprimoramento da mão-de-obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira, bem como o desenvolvimento da capacidade produtiva e tecnológica de pequenos e médios produtores.
- (g) Promoção e propaganda de café, destinada ao aumento do consumo do produto no mercado interno.
- (h) Pagamento da contribuição do Brasil na Organização Internacional do Café;
- (i) Aprimorar o sistema de análise e informações sobre previsão de safra e levantamento de estoques de passagem de café ao longo do ano-safra.



Mais ações do CNC e propostas apresentadas no CT- CDPC

- 1) Antecipação de recursos do Funcafé para financiamentos de colheita, garantindo assim o produtor vender em momento mais oportuno do mercado;
- 2) Limites para bancos e cooperativas de crédito;
- 3) Ampliação dos recursos para pesquisa cafeeira;
- 4) Sugestão de critérios e valores a serem adotados através da Linha de recuperação de cafezais danificados pela seca e geada, posteriormente aprovado pelo CMN.

Mais ações do CNC junto ao Funcafé em 2021





Fevereiro

CNC mobiliza a cafeicultura brasileira para preservar Funcafé

Em fevereiro, o Conselho Nacional do Café (CNC) mobilizou os cafeicultores, suas associações e cooperativas de produção com o objetivo de sensibilizar os senadores para a aprovação da Emenda No 86, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, à Proposta de Emenda Constitucional 186/2019, a PEC Emergencial.

Para evitar a perda desses recursos, “que são dos cafeicultores”, Silas Brasileiro explicou que o CNC vinha dialogando com os parlamentares, desde agosto de 2020, e apresentou a sugestão de alteração da PEC 186, visando à preservação do superávit do Funcafé.

Além dessas ações diretas junto ao Congresso Nacional, o CNC também convocou os cafeicultores, suas associações e cooperativas de produção a manifestarem, diretamente a todos os senadores, a importância da aprovação da Emenda No 86, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal.



Março

Banco do Café foi preservado em votação da PEC Emergencial

Com trabalho do CNC, em 5 de março, o Senado aprovou texto da PEC 186 que mantém receitas orçamentárias do Fundo para uso exclusivo na cafeicultura.

O Plenário do Senado concluiu a votação da Proposta de Emenda Constitucional 186/2019, a PEC Emergencial, que permite ao governo federal pagar o auxílio emergencial em 2021 por fora do teto de gastos do Orçamento e do limite de endividamento. Como reflexo dos trabalhos empenhados pelo Conselho Nacional do Café (CNC), coordenando as ações junto às cooperativas cafeeiras e aos parlamentares, em especial ao senador Rodrigo Pacheco, presidente da Casa, ao relator da matéria, Senador Otto Alencar, ao Senador Jorginho Mello, em nome do qual agradecemos e cumprimentamos os demais senadores, e também ao gabinete do deputado federal Evair de Melo, vice-líder do governo no Congresso, presidente da Frencoop e da FrenCOMEX e vice das Frentes Parlamentares da Agropecuária (FPA) e do Café, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foi retirado da lista de fundos públicos que poderiam ter seus recursos utilizados para outras finalidades.

Abril

CMN confirma orçamento recorde do Funcafé para safra 2021

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução 4.907, que ratifica o orçamento recorde de R\$ 5,95 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) recomendado pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), no dia 29 de março. O volume representa crescimento de 4,2% sobre o disponibilizado na safra 2020 e traz elevação de capital para a linha de Financiamento para Aquisição de Café (FAC).

O presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, agradeceu o empenho da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e de sua equipe para o ágil envio dos pleitos do setor cafeeiro à área econômica governamental.

Do volume total do Funcafé aprovado pelo CMN, R\$ 1,6 bilhão foi alocado para a linha de financiamento de Custeio; R\$ 2,2 bilhões para Comercialização; R\$ 1,3 bilhão para Aquisição de Café (FAC) (+21,9%); R\$ 630 milhões para Capital de Giro; e R\$ 160 milhões para Recuperação de Cafezais Danificados.

Como 2021 é um ano de safra baixa, tanto pelo efeito da bienalidade do arábica, quanto pelas condições climáticas adversas ao longo de 2020. O maior direcionamento de recursos para a linha de aquisição de café foi benéfico para o



aquecimento da demanda, com efeitos positivos no suporte dos preços aos cafeicultores. Além disso, destacamos os R\$ 3,8 bilhões direcionados ao ordenamento da oferta (linhas de comercialização e custeio, que pode ser convertido em estocagem), dando condições para o produtor aguardar o momento mais propício para venda de seu café.

Maio

CNC solicita aplicação do saldo remanescente do Funcafé

O presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, reuniu-se com o Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento da Secretaria de Política Agrícola do Mapa, Silvio Farnese, para propor ações visando à aplicação do saldo remanescente do orçamento 2020 do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e tratar da antecipação da liberação dos recursos aprovados para a safra atual.

As propostas do CNC foram discutidas no Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) e visam garantir que os recursos das linhas de financiamento do Funcafé direcionadas ao segmento da produção cheguem efetivamente aos cafeicultores, que são a base de sustentação de toda a cadeia produtiva. Outro ponto discutido na audiência foram os trâmites para a liberação do orçamento 2021 do Fundo, antes da publicação do novo Plano Agrícola e Pecuário. O CNC, como guardião do Funcafé, zela para que esses recursos cumpram sua função principal, que é ordenar a colheita brasileira de café ao longo dos doze meses do ano. O CNC avalia positivamente a atuação do Ministério da Agricultura para viabilizar uma rápida liberação do orçamento aprovado pelo CDPC, em 29 de março.

A Secretaria de Política Agrícola do Mapa divulgou chamada pública às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural interessadas em operar os recursos do Funcafé na safra 2021/2022.

Junho

Governo define juros do Funcafé em até 7% a.a.

Em 21 de junho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou as Resoluções 4.912 e 4.913, que estabeleceram o limite de até 7% a.a. para todas as linhas de financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), sendo 4% para a realimentação do Fundo e flexibilidade entre 0% e 3% para spread bancário. A nova taxa entrará em vigor a partir de 1º de julho, quando se inicia o novo ano agrícola.

Em 11 de junho, o Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) havia aprovado a proposta encaminhada pelo CNC, de fixação do limite de juros em até 6%, sendo 3% de remuneração do Funcafé e até 3% de spread



bancário. No entanto, às vésperas do fechamento do Plano Safra, o Ministério da Economia tomou a decisão de não atender o nosso pleito, e elevou a remuneração do Funcafé para 4%, argumentando a necessidade de alinhamento com a taxa básica do crédito rural, que foi estabelecida em 7,5% a.a.

O CNC atuou para que essa decisão fosse revertida, em função do cenário vivido pelos cafeicultores brasileiros, mas as sinalizações do Banco Central de forte aumento da Selic para este ano foram decisivas para a equipe econômica.

O Conselho Nacional do Café está avaliando a viabilidade de medidas para tentar reverter esse cenário, com base no Decreto 10.071, de 17 de outubro de 2019, que define as competências do CDPC, desde que não resultem em atrasos na liberação dos recursos aos cafeicultores e suas cooperativas de produção. O presidente executivo, Silas Brasileiro, frisou que a prioridade é garantir celeridade na liberação dos recursos para que os produtores possam financiar os custos da colheita e colocar o café no mercado de forma ordenada.

Julho

Presidente do CNC acompanha ministra da Agricultura em sobrevoo a áreas atingidas pelas geadas

Silas Brasileiro, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), participou em 23 de julho de uma reunião em Alfenas, Sul de Minas. A viagem serviu para que a comitiva, liderada pela ministra de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina visse um pouco da situação das lavouras atingidas pela geada do último dia 20 de julho.

A ministra ressaltou em seu discurso que não se deve tomar nenhuma atitude precipitada antes de se conhecer a amplitude do problema. “Nós viemos aqui para ver, ouvir e acharmos soluções em conjunto, com muita união”, analisou a ministra.

Segundo ela, sem um levantamento bem feito da situação será difícil atuar com assertividade. “Temos que sentar e achar uma solução. Não será uma solução única para todos, até porque a geada foi uma geada diferente, ela pegou diferentes pontos, de maneira diferente. Então, não dá pra fazer uma coisa única para todos. Mas precisamos achar solução”, ressaltou Tereza Cristina.



Agosto

Seguro rural é investimento?

O Conselho Nacional do Café (CNC) foi estudar mais a fundo o tema seguro rural. “Nos deparamos com números muito menores de prêmio do que imaginávamos encontrar. Nos surpreendemos com a facilidade que o produtor tem hoje para manter sua produção com um bom seguro. Há um leque grande de opções que contam, inclusive, com subsídio federal”, contou Silas Brasileiro, presidente do CNC.

Cada um de nós já ouviu a expressão: indústria a céu aberto. E, de fato, a cafeicultura é isso. Está sempre sujeita às mudanças climáticas. Talvez, a ausência do medo, pelo fato de longos anos de aumento de produção recorde e de climas favoráveis, levou o produtor de café a pensar que seguro é um gasto inútil.

Pedro Loyola, diretor do Departamento de Gestão de Riscos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante um encontro virtual com os diretores do CNC, no dia 05 de agosto, apresentou um histórico de eventos que impactaram a agricultura brasileira, em especial, de 1989 até a última geada do dia 20 de julho. Quase todos os anos está acontecendo alguma adversidade climática em alguma região do país, mesmo nos anos de safras recordes. “O produtor precisa fazer gestão de riscos. Calcular o benefício de ao longo de vários anos contratar um seguro e ter um fluxo de caixa constante ou reter o risco e apostar contra o clima”, ressalta Pedro Loyola.

O diretor apresentou um exemplo de contratação de seguro em Minas Gerais: para R\$ 3 milhões segurados, o produtor pagaria um prêmio bruto de 3,48%, o que corresponde a R\$ 104,4 mil. Porém, o Governo Federal oferece uma subvenção de 40% do valor total do prêmio, que corresponde a R\$ 41.760 mil. Assim, o cafeicultor pagaria R\$ 62.640,00, que corresponde a 2,088% do prêmio.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) oferece ao agricultor a oportunidade de segurar sua produção com custo reduzido, por meio de auxílio financeiro do governo federal. O Seguro Rural é considerado uma ferramenta de proteção para que os produtores possam investir em suas lavouras com maior tranquilidade. A função do seguro é transferir o risco para a seguradora. O principal benefício é a segurança para continuar investindo em sua propriedade e se manter competitivo no mercado, mesmo que ocorra perda patrimonial ou redução de safra. Se mantendo no campo, ou seja, evitando o êxodo rural.

A subvenção econômica concedida pelo Ministério da Agricultura pode ser pleiteada por qualquer pessoa física ou jurídica que cultive ou produza espécies



contempladas pelo Programa e permite ainda, a complementação dos valores por subvenções concedidas por estados e municípios.

Para contratar o seguro rural, o produtor deve procurar uma seguradora habilitada pelo Ministério da Agricultura no Programa de Seguro Rural (PSR). Caso o produtor já tenha cobertura do Proagro ou Proagro Mais para uma lavoura, não será beneficiado pelo PSR na mesma área.

Modalidades de Seguro	Grupo de atividades	Tipo de cobertura	Tipo de produto	Percentual de subvenção	Limite anual
Agrícola	Soja	Riscos Nomeados Multirrisco	Custeio/ Produtividade/ Receita	20%	R\$ 48.000,00
	Grãos de verão	Riscos Nomeados	Custeio/ Produtividade	20%	
		Multirrisco	Custeio/ Produtividade	25%	
	Grãos de inverno		Multirrisco	Receita	
		Custeio/ Produtividade		35%	
Frutas, Olerícolas, Cana-de-açúcar e Café	-	-	40%		
Florestas	Silvicultura (florestas plantadas)	-	-	40%	R\$ 24.000,00
Pecuário	Aves, Bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, ovinos e suínos	-	-	40%	R\$ 24.000,00
Aquicultura	Carcinicultura, maricultura e piscicultura	-	-	40%	R\$ 24.000,00
Seguro Paramétrico para as modalidades agrícola, florestas, pecuário e aquícola				20%	Observar a modalidade
Valor Máximo de subvenção					R\$ 120.000,00

Fonte: MAPA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/publicacoes-seguro-rural/guia-do-seguro-rural-2021.pdf>

Segundo informação do MAPA, no ano safra 20/21 apenas 7,5% das áreas de café foram seguradas utilizando o PSR. Para se ter uma ideia, lavouras de trigo e milho tiveram 57,8% de suas áreas cobertas por seguro rural. Isso acontece porque outras culturas são mais suscetíveis, com perdas históricas de produção. Pelo fato da frequência de perdas ser menor no café não existe a cultura de contratação de seguro para o parque cafeeiro.

Outros benefícios da contratação do seguro, segundo Pedro Loyola, é no incentivo ao uso de tecnologia no campo. “O seguro é um grande indutor de aumento de tecnologia porque o produtor sabe que se perder por intempérie climática, o seguro vai cobrir o investimento feito na lavoura”.

Silas Brasileiro afirma que o Conselho Nacional do Café vai realizar um trabalho de conscientização do produtor, contando com a parceria da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão



Rural (Emater), para difundir a importância da contratação do seguro rural. Outro ponto destacado por Silas Brasileiro são as tratativas que serão iniciadas com os governos estaduais para participarem do programa de subsídio ao produtor de café.

Temos 16 estados produtores de café e queremos conversar com os governadores para que possam participar desse projeto de subsídio ao cafeicultor porque o seguro é importante para que a atividade continue gerando divisas, renda e emprego no campo.

Setembro

Lançamento da cartilha de seguro rural

Com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater/MG) e o Conselho Nacional do Café (CNC) lançaram uma Cartilha especial sobre seguro rural voltada aos produtores de café. O MAPA também atualizou o já tradicional Guia de Seguros Rurais, material que orienta produtores de todas as culturas sobre o funcionamento do seguro.

A cartilha exclusiva do café foi produzida pelas equipes técnicas e de comunicação das instituições e criada pensando em facilitar ao cafeicultor o passo a passo para a contratação do seguro, garantindo mais tranquilidade no dia a dia. “Pensamos numa cartilha simples, rápida e direta para despertar o interesse do cafeicultor em contratar o Seguro Rural. Os últimos eventos climáticos, seca e geada, deixaram clara a necessidade de se prevenir”. As entidades que produziram os materiais se uniram para disseminar a cultura do seguro rural, principalmente após a crise hídrica e a geada do dia 20 de julho.

Sabemos que o cafeeiro é uma cultura bienal, perene e com características muito distintas de acordo com a região de cultivo, podendo ser irrigada ou não, de altitude ou não, da espécie arábica ou canéfora, entre outros diversos aspectos. É certo que o seguro do café é mais complexo que as outras culturas, por isso, o MAPA junto de entidades parceiras como o CNC, vêm desenvolvendo trabalhos para fomentar a cultura da contratação, além da criação de produtos atraentes.

O Guia (MAPA) tem o objetivo de proporcionar conhecimento ao produtor e demais agentes do setor sobre esse mecanismo de mitigação de riscos agropecuários. O documento, elaborado com a participação de entidades representativas do setor produtivo e seguradoras, traz novidades, como exemplos práticos dos produtos de seguro de forma descomplicada.



CNC solicita aumento de subvenção para apoio ao Seguro Rural

Dentro disso, após analisar o atual cenário do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o Conselho Nacional do Café (CNC) foi informado de que dos R\$ 924 milhões liberados em 2021 para o PSR, R\$ 890 milhões já estão comprometidos.

O presidente do CNC, Silas Brasileiro, afirma que a entidade está trabalhando, em nome dos nossos produtores rurais, na solicitação da liberação de crédito suplementar. “A liberação do crédito suplementar de R\$ 375 milhões, somado aos recursos já liberados, atinge o montante de R\$ 1,3 bilhão articulado para o Plano Safra, assegurando a manutenção do programa. Safras foram drasticamente reduzidas, alguns campos dizimados, produtores de café de cultura perene, milho, soja, cana-de-açúcar e outras culturas, sofreram em decorrência dessas mudanças climáticas e necessitam de apoio para retomarem suas atividades”, analisou.



Outro ponto de destaque no PSR é que ele gera estabilidade no processo de contratação do seguro, fator crucial para manter e consolidar a confiabilidade do setor privado, seguradoras e resseguradoras. “Com a participação do governo as seguradoras ficam mais confiantes e disponibilizam planos cada vez mais interessantes. Recentemente, lançamos a Cartilha do Seguro Rural voltado aos cafeicultores e estamos em contato com seguradoras para conhecer quais os seguros mais atrativos para o produtor de café”, finalizou Silas Brasileiro.

Outubro

Fundação Procafé apresenta ao CNC metodologia utilizada no levantamento das áreas afetadas pelas geadas

O Conselho Nacional do Café (CNC) promoveu em 8 de outubro um encontro entre os membros do Comitê de Estatística da instituição e o presidente da Fundação ProCafé, José Edgard Pinto Paiva, e o pesquisador Dr. José Braz Matiello, um dos responsáveis pelo trabalho de levantamento das áreas afetadas pelas geadas.

O estudo foi proporcionado pela Organização das Cooperativas do Brasileiras (OCB), validado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e será utilizado para classificar e qualificar os produtores que terão direito aos recursos especiais do Funcafé (R\$ 1.319 bilhão), reservados exclusivamente às propriedades atingidas pela seca e geada.

O Comitê de Estatística do CNC buscou entender a metodologia utilizada pela Fundação Procafé durante o estudo (veja o vídeo no link abaixo). Segundo Matiello, ao todo foram visitadas 1385 propriedades nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, principais regiões atingidas pelos eventos climáticos adversos.

Os dados principais levantados no questionário foram:

1. área total de cafés adultos e de plantas novas;
2. áreas de produções, colhidas ou a colher;
3. áreas afetadas por geadas com respectivos níveis de danos;
4. a previsão de colheita para 2022, sendo antes da geada e depois dela;
5. A intenção do produtor com relação ao manejo (irá recepar, renovar a lavoura, abandonar ou migrar de cultura).

Silas Brasileiro, presidente do CNC, agradeceu a disponibilidade do presidente, José Edgard, e do pesquisador Dr. José Matiello, em apresentar a metodologia utilizada no estudo pela instituição. “Nosso reconhecimento à fundação ProCafé



e aos pesquisadores da equipe pelo exímio trabalho. Agradecemos também à Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, que não tem medido esforços para dar celeridade a todo o processo de liberação dos recursos. Por fim, enaltecemos o presidente da OCB, Marcio Lopes de Freitas, por todo apoio ao setor cafeeiro, demonstrado em todos os momentos”.

Novembro

Novo ZARC é acompanhado de perto pelo Conselho Nacional do Café

O Conselho Nacional do Café (CNC), a convite da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vem colaborando ativamente no processo de análise e validação dos dados obtidos pelos estudos do novo Programa Nacional do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Na última semana, o pesquisador da Embrapa Dr. Fernando Macena, apresentou ao CNC a metodologia utilizada e os critérios de avaliação para desenvolvimento do programa.

O ZARC é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura. O estudo é elaborado com o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. A técnica é de fácil entendimento e adoção pelos produtores rurais, agentes financeiros e demais usuários.

No dia 5 de novembro, a Embrapa finalizou um ciclo de reuniões de validação para a atualização da metodologia do ZARC, com encontros que serviram para apresentação dos resultados obtidos pela empresa e captação de sugestões do setor cafeeiro, em especial, dos estados produtores de café.

Silas Brasileiro, presidente do CNC, elogiou o trabalho realizado, principalmente o fato de permitirem a participação do setor produtivo na validação da metodologia utilizada. “Essa aproximação é primordial para que a realidade do campo seja refletida no modelo de zoneamento”.

Segundo o presidente, o CNC defende o alcance da maior área possível para o cultivo do café. “No entanto, também estamos trabalhando ativamente no Seguro Rural, por ser uma ferramenta que dá tranquilidade aos produtores. Quando cultivamos uma lavoura de café, que é permanente, temos que oferecer para as seguradoras áreas que possam atrair seus interesses, sendo esta uma grande preocupação em razão das condições climáticas que estamos passando nos últimos anos no país como um todo”.

Após a validação da metodologia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicará uma portaria através da Secretaria de Política Agrícola



(SPA), contendo a relação de municípios indicados ao plantio e seus respectivos calendários de plantio ou semeadura. Os resultados prévios dos novos estudos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático para cultura do café, estão disponíveis no painel de indicação de Riscos, podendo ser acessados através do link: <http://indicadores.agricultura.gov.br/zarc/index>.



2021: avanços, desafios e conquistas

Celebração dos 40 anos do CNC

Com presenças de autoridades, presidentes de cooperativas, membros do CDPC, líderes do setor agropecuário, técnicos e produtores, o Conselho Nacional do Café (CNC) realizou, no dia 08 de julho de 2021, um evento comemorativo dos seus 40 anos. O encontro online contou com a apresentação da jornalista Lilian Munhoz, apresentadora do Canal Terra Viva da Band e especialista em agronegócio, e com a condução do presidente do CNC, Silas Brasileiro.

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, foi a primeira convidada a falar. Destacou a importância do CNC no cenário nacional e lembrou a luta árdua do setor até chegar ao sucesso atual. “Depois da criação do CNC tivemos ainda o estabelecimento do CDPC (Conselho Deliberativo de Política do Café) que criaria este espaço adequado para formulação de políticas e cada vez mais alinhadas com as demandas do setor. A gente sabe o que a cafeicultura tem feito no emprego, na renda dos brasileiros. Estamos falando de mais de 8,4 milhões de empregos, de \$5,6 bilhões em divisas para nosso país. Continuaremos, com certeza, a prestar todo o apoio necessário para que a cafeicultura brasileira atinja números cada vez mais altos de excelência na geração de renda, inclusão social e responsabilidade ambiental”.

Na sequência, o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Márcio Lopes, lembrou o tempo em que, recém formado, acompanhava as reuniões do CNC em São Paulo e enfatizou o crescimento latente do conselho. “O CNC foi um elo importante para lubrificar as engrenagens da cadeia café. É fantástico ver isso e nós temos que comemorar sim. Tenho certeza que o CNC será o grande Think Thank, o grande centro de inteligência estratégica do agronegócio café e vai ajudar essa cafeicultura a se modernizar, se profissionalizar, inovar e enfrentar os desafios que nós teremos cada vez mais intensos e mais rápidos. Parabéns a cada um que participou, que botou um tijolinho nesta história dos 40 anos da cafeicultura brasileira como o CNC”.

Em nome do Sebrae Nacional, esteve no evento o presidente da organização, Carlos Melles. Emocionado, lembrou da luta pela cafeicultura brasileira desenvolvida em parceria com Silas Brasileiro, enquanto deputados federais. “Silas e eu vimos que um mais um deputado eram mais do que dois. A união de dois faz muito mais do que, às vezes, a desunião de muitos”. Melles também lembrou que o CNC foi criado pelo fato do café não ter sido pauta incluída na Embrapa. “Foi preciso que viesse o CNC e foi aceito muito bem pela CNA e pela Embrapa”.

Para finalizar a participação de autoridades o evento contou ainda com vídeos enviados pelos seguintes convidados: Senador Jorginho Mello, Deputado



Federal Evair de Melo, Presidente da Emater/MG Otávio Maia, Diretor-Geral do SENAR Daniel Carrara, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel – ABICS, Aguinaldo José De Lima, Dra. Carmem Lúcia ex-presidente da BSCA e Dra. Vanusia Nogueira candidata do CNC à direção da Organização Internacional do Café.

Silas Brasileiro apresentou a nova governança do CNC, demonstrando como a instituição está com um olhar voltado para o futuro, citando os comitês técnicos recém-criados (Pesquisa & Tecnologias, Estatística, Sustentabilidade e Comunicação). O presidente aproveitou a oportunidade para homenagear os ex-colaboradores que fizeram parte da história do CNC e apresentar os atuais membros da equipe. Finalizando, foi realizada uma rápida mesa redonda com a participação dos membros do Conselho Diretor, tão fundamentais para o andamento do trabalho atual da entidade.

A comemoração também apresentou cinco palestras técnicas sobre mercado (Albert Scalla da StoneX Financial Inc.), clima (professor e meteorologista Luiz Carlos Molion), sustentabilidade (Vanessa Vilela da Kapeh), economia (Carlos André Oliveira da OCB/ES) e endividamento rural (Wilson Araújo do Ministério da Agricultura), que podem ser acessadas no Youtube do CNC (youtube.com/conselhonacionaldocafe).

Palestra de Albert Scalla mostra caminhos do mercado mundial de café pós-pandemia

Dentro das comemorações dos 40 anos do Conselho Nacional do Café tivemos a palestra: “A principal vulnerabilidade da cafeicultura mundial e brasileira pós pandemia” com Albert Scalla – diretor vice-presidente da StoneX Financial Inc. O palestrante destacou pontos fundamentais do momento atual e do que está por vir no mercado mundial. Scalla enfatizou que não se pode controlar nem a economia, nem o câmbio mundial, apenas gerenciar. O especialista apresentou dados representativos de um mercado volátil, de 2019 em diante, por causa da pandemia.

Para Albert, o produtor deve acompanhar as principais variáveis que afetam o preço do café, como por exemplo: a inflação, a variação do dólar e do real brasileiro, o superciclo das commodities, a reabertura das economias globais e o clima.

“Nos próximos três, seis meses, vamos ter que estar atentos com a inflação. Não somente a inflação mundial, mas a inflação dos EUA porque vai afetar o valor do dólar. Mas, ao mesmo tempo, tem que estar acima do valor do real



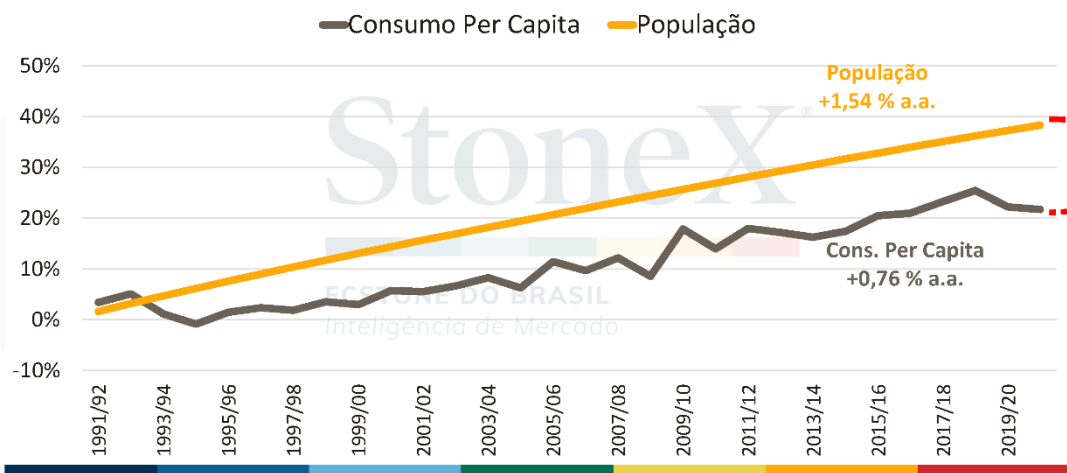
brasileiro”, ressaltou o palestrante, que explicou porque a inflação impacta o preço dos cafés brasileiros.

“Se temos uma subida muito grande da inflação e, já temos, do ano passado a maio desse ano, a inflação dos EUA subindo 5%. Ou seja, para os governos pararem essa inflação têm que aumentar os juros. Se os EUA aumentam os juros, sem dúvida vai gerar uma subida do dólar. Mas o problema: se o dólar sobe, tem uma correlação completamente inversa nos preços das commodities. Então, o produtor de café tem que ficar de olho nesse comportamento econômico”, sugeriu Scalla.

Albert Scalla trouxe a avaliação de dois pontos em que os produtores podem e devem atuar, são eles: o consumo e as estatísticas.

O palestrante apresentou números da evolução da produção do café e do consumo. Destacou o fato do consumo per capita não acompanhar o crescimento da população mundial. “Uma cautela, esses números (vide imagem abaixo) ainda não tomam o que aconteceu com o consumo durante a pandemia. A preocupação é que esse número pode ser pior. Isso são os temas que nós, no mundo do café, temos que começar a atuar”, alertou Scalla.

Crescimento Do Consumo vs População Mundial Desde 1990

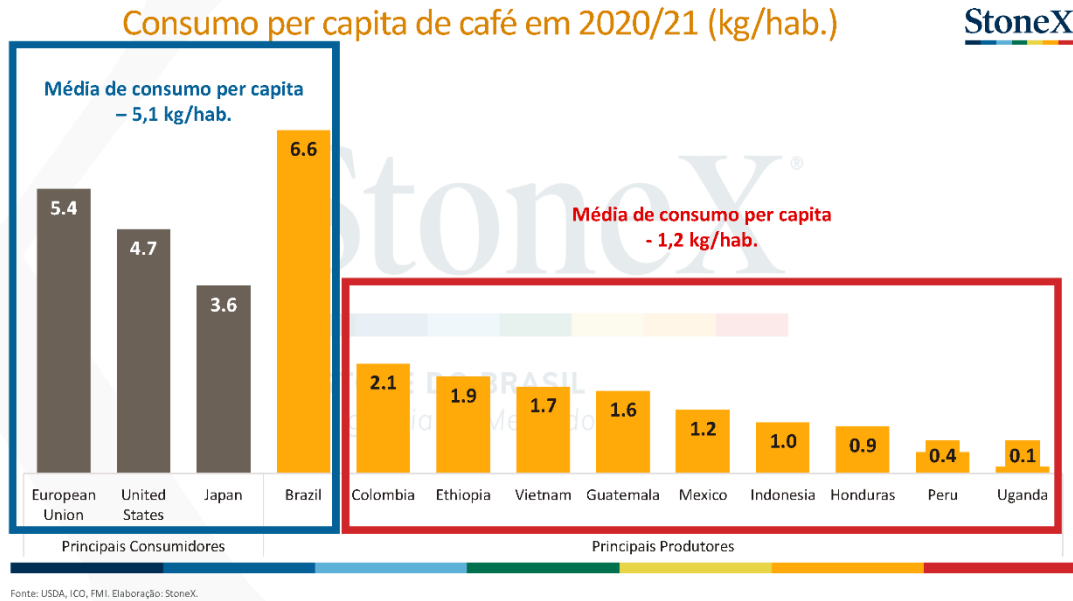


Fonte: USDA, ICO, FMI. Elaboração: StoneX.

O diretor da StoneX mostrou preocupação com os baixos números de consumo dos 10 principais países produtores de café, fora o Brasil. “Os dez países não consomem 10 milhões de sacas. Menos do que 63% do que consome o Brasil”, avaliou. O baixo consumo dos outros países produtores (média de 1,2 kg por habitante) são, para Albert Scalla, uma oportunidade para os produtores brasileiros. “Nós na StoneX vemos nisso como grande janela de oportunidade porque se esses números (dos demais países produtores) tiverem níveis bem



altos, parecidos com Japão, Estados Unidos, seria bem difícil subir esses números. Mas, os números estão no chão, ou seja, um pequeno aumento na maré vai subir todos os barcos”, analisou.



Como usar a janela de oportunidade

Scalla apresentou sua sugestão dentro dessa janela de oportunidade. Segundo ele, o foco é promoção global do consumo de café. Citou exemplos de produtos que investem pesado em marketing de consumo, como a Coca-Cola, o leite que dobrou consumo com a campanha mundial “Got Milk”. Citou o exemplo das Olimpíadas 2016, em que não houve nenhum movimento do mercado cafeeiro mundial para estimular o consumo de café durante os jogos. “Nos jornais falaram que não houve café na Vila Olímpica porque a Coca-Cola e as outras (empresas) tinham controlado isso. É o que nós no mundo do café temos que mudar. Temos que tomar essas oportunidades, quando tiver um *marketing opportunity* aproveitar esses eventos”, criticou.

A concorrência no consumo também foi alertada por Scalla durante a palestra. Segundo ele, bebidas como água cafeinada e energéticos estão se aproveitando do ingrediente cafeína para alavancar suas vendas. “Nós temos o produto original e já está começando uma concorrência bem grande com a água cafeinada”, ressaltando que o Brasil tem que saltar este obstáculo.

Crises do café

Albert Scalla falou ainda sobre o comportamento histórico dos preços do café, e das crises enfrentadas na produção. “Essas crises vêm porque temos essas geadas, essas secas, esses eventos climatológicos que pegam uma subida muito grande nos preços”, enfatizou explicando o que geralmente acontece quando os



preços sobem. “Estoura a produção mundial do café. E, infelizmente, depois dessas subidas, temos essas quedas, essas crises cafeeiras que temos no mundo, com a queda dos preços internacionais”.

E como o produtor deve se posicionar diante dessas situações? Scalla garante que a única forma de estabilizar a volatilidade e dar suporte aos preços é estimular o consumo. “Antes de iniciarmos um forte ciclo de produção devido à atratividade da alta dos preços devemos produzir o consumo”.

O palestrante criticou a forma como as estatísticas de oferta e demanda da cadeia café é realizada, ressaltando que nos 29 anos de carreira, trabalhando com o produto, nunca conseguiu números confiáveis. “Com os dados disponíveis hoje é praticamente impossível saber o real volume de café produzido, consumido e em estoque no mundo”. Scalla apresentou uma planilha (vide imagem abaixo) de oferta e demanda que mostra uma diferença de mais de 10,4 milhões de sacas. Disse ainda que cerca de 30 empresas fazem pesquisa de produção brasileira sem visitar o Brasil. “Isso traz volatilidade”. Continuou dizendo que “o mercado não pode receber essa falta de transparência por parte do mundo cafeeiro”.

Mundo | Oferta e Demanda

StoneX

	20-21	Demand	Surplus/ Deficit	19-20	Demand	Surplus/ Deficit	18-19	Demand	Surplus/ Deficit	17-18	Demand	Surplus/ Deficit
CN	173-174	161.2-162	+11.0-12.8	165-166	160-4- 161.4	+3.6-5.6	165.9	155.1	+10.8	153.7	152.8	+0.9
USDA	175.5	165.4	+10.1	168.5	162.8	+5.7	176.8	164.9	+11.9	159.8	159.8	0
ICO	171.90	166.6	+5.3	168.8	164.5	+4.1	171.10	165.269	5.832	162.657	159.913	2.744
F.O. Licht				167.2	169.1	-1.9	174.4		11.1	161.2	160.7	+0.5
ECOM				167	168.9	-1.9	170.4	165.4	5	158.2	161.1	-2.9
Rabobank	174.5	164	+10.5	167.3	162.1	+5.2	171.3	164.6	+6.6	157.7	160.6	-2.9
Marex Spectron				164.3	169.1	-4.7	172.7	165.2	+6.6	158.7	161.3	-2.5
Citi Research							171.9	163.2	+8.7	152.5	156.1	-3.6
Comexim			+4.5			-2.5						-4.2

E como o mundo faz pra levantar dados de consumo? Os analistas utilizam a fórmula do desaparecimento. Levam em consideração os números da produção, subtrai-se a exportação ou importação e os estoques para se chegar ao consumo. “Qual é o problema dessa fórmula? Não sabemos qual é a produção. A exportação e importação temos conhecimento porque temos registros. Os estoques são um problema grande, não sabemos qual o número exato”. Scalla disse ainda que “se temos duas das três variáveis erradas, temos o consumo errado”.



Finalizando, Albert Scalla garante que o ditado “se não podemos medir, não podemos gerenciar” é verdadeiro. Segundo ele, os números precisam ser mais exatos e confiáveis, o que diminuiria a volatilidade da cafeicultura.

O palestrante deixou uma reflexão para os participantes: “O que vamos fazer com os preços sem precedentes na história? Investir ou perder? Vamos deixar que esse barco passe de novo frente a nós? Precisamos fazer avanços extras em tempos sem precedentes. Temos que tomar essa decisão rapidamente. Temos que estar preparados porque estamos voltando para o futuro. Temos que superar ainda os problemas com a pandemia e tudo, mas vamos voltar. Temos que tomar a oportunidade dessas condições que temos hoje no mercado”, finalizou parabenizando e agradecendo o CNC pela oportunidade de ministrar a palestra.

O presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro, agradeceu Albert Scalla e parabenizou o palestrante. “Foi sem dúvida uma palestra enriquecedora. São rumos fundamentais apresentados que farão a diferença na vida do cafeicultor para a melhoria da renda no campo. Ressaltamos que o CNC está fazendo uma parceria com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) para levantamento confiável da área cultivada em grãos e melhor estimativa possível de safra e colheita”.

Criadora da marca Kapeh, VANESSA VILELA, mostra como o café passou a ser matéria-prima para cosméticos

O assunto sustentabilidade não ficou de fora das discussões técnicas do evento em comemoração aos 40 anos do Conselho Nacional do Café (CNC), realizado no dia 08 de julho, no formato virtual. Vanessa Vilela, fundadora da marca Kapeh, apresentou a palestra: “O café como você nunca viu: especiarias extraídas do café”. Vanessa é uma empresária de sucesso que viu no café mais do que uma bebida.

Localizada no sul de Minas Gerais, região tradicional no cultivo de cafés de qualidade, a Kapeh, que significa café no dialeto Maia, é hoje a única empresa de cosméticos feitos exclusivamente à base de café.

A Kapeh tem como princípio a responsabilidade socioambiental, oferecendo produtos rastreáveis e sustentáveis, que se preocupam com a proteção do meio ambiente e valorização do ser humano, além de agregar valor ao café, produto este tão importante para a economia de nosso país.

Desde então vem sendo constantemente divulgada na mídia nacional e seus produtos estão presentes em mais de 200 pontos de venda multimarcas em 18



estados brasileiros, em 5 lojas exclusivas em Minas Gerais e loja virtual, além de exportar para países como Portugal, Holanda e África do Sul.

Através de uma pesquisa pioneira no Brasil, Vanessa Vilela descobriu que o café poderia ser mais do que uma simples bebida. “Foram três anos de pesquisa e desenvolvimento. Nós partimos de um estudo do zero, destrinchamos toda a composição química do grãozinho do café e vimos que esse grãozinho verde, antes da torra, é extremamente rico e benéfico para nossa pele. Foi aí que surgiu ideia de desenvolver uma empresa que agrega valor, que divulga todo o potencial desse grão que é tão nosso”, conta.

Vanessa tem formação farmacêutica e bioquímica, o que ajudou no processo de construção do produto. “Sempre fui apaixonada por cosméticos, sempre tive o sonho de ter a minha empresa nesse segmento. E aí, buscando o diferencial da marca, olhando nesse meu entorno, nessa imensidão de café, surgiu realmente a ideia: por quê não desenvolver um estudo e ver se esse grão de fato teria benefício para nossa pele? E fomos muito felizes nos resultados”. Após realizar os estudos Vanessa Vilela encontrou características impressionantes no café, o que considera benefícios reais para o corpo humano. “Café é três vezes mais antioxidante que um chá verde. Na verdade, é tudo que a indústria cosmética busca porque substâncias antioxidantes combatem os radicais livres que causam o envelhecimento da nossa pele. Mas não para aí: café – como é sabido e utilizado – tem altíssimo teor de cafeína. A cafeína tem efeito redutor, estimula redução de medidas, queima de gordura e, outra coisa, a cafeína é um ativo super promissor no tratamento de queda capilar porque aumenta muito o aporte de nutrientes para o folículo piloso”, explica.

Outros benefícios destacados por Vanessa foram comprovados na prática, no dia a dia de uma lavoura de café. “Nós temos no café um altíssimo teor de *flavonoides* (*atuam como pigmentos coloridos e desempenham diversas funções, como a proteção contra raios ultravioletas que fazem uma proteção solar natural da nossa pele*). Existem estudos que mostram que as mãos das mulheres que colhem o café mancham e envelhecem muito menos que o restante do corpo. São muito os benefícios do café pra nossa pele e para a cosmética”.

A palestrante contou que a marca sempre busca utilizar tudo o que o café oferece para que a sua produção seja a mais sustentável possível. “No caso da Kapeh utilizamos o café na sua totalidade. A casquinha do café, até então um subproduto, tem uma película com efeito esfoliante, de estimular a renovação celular. Além disso, todo o nosso processo utiliza matéria-prima certificada”, garante Vanessa Vilela.



Segundo Vilela, o mercado de cosmético é gigante. O Brasil é o 4º maior consumidor mundial e o primeiro em perfumaria. “Ao mesmo tempo temos um mercado gigante, mas um mercado movido a novidades”, finaliza.

Silas Brasileiro, presidente do CNC, destaca que as pesquisas sobre a utilização de café em outros produtos finais são fundamentais para fomentar o tão necessário aumento de consumo. “Temos a convicção de que quanto mais o café for estudado, mais benefícios à saúde, mais produtos serão feitos tendo ele como matéria-prima. Por isso, fomentar a pesquisa, a tecnologia e a inovação são imprescindíveis para termos uma realidade mais rentável e sustentável”.

O presidente ressaltou ainda que o café vem sendo utilizado com especiarias, mudando a forma de degustação. “Há países que tem tradição em tomar café com especiarias e o Brasil está cada vez mais presente nessa mudança. As mais utilizadas são: canela, cravo da Índia, capim santo, hortelã, erva doce e nibs de cacau. Isso demonstra que temos um mundo de consumo a conquistar”, finaliza Silas Brasileiro.

“Relevância social e econômica da cafeicultura para o Brasil” por Carlos André Santos de Oliveira, Superintendente da OCB/ES

Baseado em dados da Embrapa Café, Carlos André fez uma leitura importante do impacto gerado pela cafeicultura no país. Desde 1727, o café foi o maior gerador de riquezas e o produto mais importante da história do Brasil. O setor gera mais de 8 milhões de empregos diretos e indiretos, sendo a atividade do agronegócio que mais emprega no país.

A cafeicultura é um mercado que está em expansão e gera, no mundo todo, recursos da ordem de 91 bilhões de dólares, ao comercializar 115 milhões de sacas. A atividade envolve meio bilhão de pessoas (8% da população mundial), desde a produção ao consumo final. O Valor Bruto da Produção (VBP) dos Cafés do Brasil, que corresponde ao faturamento total das lavouras de café Arábica e café Conilon, atingiu R\$ 34,04 bilhões em 2020.

O Brasil é referência mundial no consumo e na produção cafeeira, fatores que contribuem diretamente com a economia e o desenvolvimento da agricultura brasileira. O país tem a cafeicultura mais sustentável do mundo, com rigorosas exigências legais, ambientais trabalhistas e sociais.

O café é um dos mais importantes geradores de divisas ao país (na ordem de US\$ 3 bilhões anuais e cerca de 33 milhões de sacas exportadas ao ano). Apesar de ser a 5ª atividade agrícola no ranking de geração de receitas, a riqueza ganha valor e se multiplica com capilaridade e dignidade social, gerando ganhos atrativos para produtores, comerciantes e indústria.



Os estados produtores se destacam não só pelo volume produzido, mas também pela qualidade dos cafés. Segundo levantamento da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) divulgado no dia 25/05/2021, Minas Gerais é o maior estado produtor de café do Brasil, produzindo quase 50% do volume nacional. Tem uma produção estimada em 27 milhões de sacas. No estado, praticamente 100% das plantações são de café arábica.

O segundo maior produtor nacional é o Espírito Santo, com 10.388 milhões de sacas de café conilon e 3.239 milhões sacas de café arábica. O estado Capixaba é o principal produtor de café conilon. Os demais estados assim produzem: São Paulo (4.017,1 milhões sacas); Bahia (3.955 milhões sacas); Rondônia (2.194,4 milhões sacas); Paraná (876,1 mil sacas); Rio de Janeiro (235 mil sacas); Goiás (212,1 mil sacas); Mato Grosso (198,9 mil sacas) e os demais estados (147,3 mil sacas).

O aporte tecnológico para o agronegócio do café brasileiro é dado por instituições de pesquisa e desenvolvimento que hoje estão reunidas no Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), e é coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio de uma de suas unidades descentralizadas, a Embrapa Café.

O Consórcio foi criado em 1997, por iniciativa de dez tradicionais instituições de pesquisa cafeeira brasileiras e é considerado o braço científico e tecnológico do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), que discute e orienta a realização do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D Café).

É responsável pela execução do maior programa mundial de desenvolvimento do café, que compreende centenas de ações de pesquisa e transferência de tecnologia, no qual encontram-se envolvidos 1.300 pesquisadores e extensionistas.

As pesquisas trazem desenvolvimento de cultivares melhoradas, cuja utilização pelos produtores brasileiros pode incrementar a produtividade média de café em mais de 20%. Os mais modernos estudos em biotecnologia realizadas pelos pesquisadores do CBP&D/Café possibilitaram a obtenção do primeiro sequenciamento mundial do genoma do cafeeiro.

“O café é considerado um alimento nutracêutico e funcional, ou seja, que possui efeitos nutricionais e farmacêuticos. Isso porque o café não é formado apenas por cafeína, mas por muitos outros componentes que ajudam a prevenir a ocorrência de depressão, disfunções psíquicas, doença cardíaca e outros”, explica Carlos Augusto.



É fundamental citar também que cerca de 78% da produção nacional de café é realizada pela agricultura familiar. “Os pequenos e médios produtores são um grande esteio do volume total de produção. Por isso, o café se torna ainda mais relevante social e economicamente. A cafeicultura é questão de sobrevivência para a maioria daqueles que produzem. Hoje, temos um tripé sólido – econômico, social e ambiental – que faz com que não haja um êxodo rural, com preços remunerativos e uma atividade sustentável em todos os sentidos”, afirma Silas Brasileiro, presidente do CNC.

Palestra destaca mudanças climáticas e reflexos na produção de café

Professor Molion trouxe alerta de geadas e seca para os próximos anos em aula ministrada especialmente no evento de comemoração aos 40 anos do CNC

Durante o evento de comemoração dos 40 anos do Conselho Nacional do Café (CNC), foi realizada a palestra “Mudanças climáticas e reflexos na produção de café”, com o professor Luiz Carlos Baldicero Molion (INPE/MCTI & ICAT/UFAL/MEC). A exposição trabalhou três pontos de destaque, com diagnóstico do momento atual, previsões climáticas e tendência para os próximos 20 anos.

O professor mostrou um gráfico do acumulado de chuvas nos primeiros seis meses do ano, apontando para extremamente seco o clima nas principais regiões produtoras de café do Brasil. Citou que algumas localidades tiveram redução de precipitação superior a 25 mm/mês. Em média, a diminuição ficou entre 10 a 15 mm/mês. Destaque para a redução da vazão do Rio São Francisco em São Romão/MG, com queda de 664 m³/s nos últimos dez anos.

“A bacia hidrográfica é um grande pluviômetro, ela integra toda chuva, e no rio fica muito claro que essa região ficou com chuvas abaixo da média nesses últimos dez anos. Possivelmente, grande impacto do El Niño (2014-2016)”, explica o professor Molion.

A palestra foi realizada no dia 08 de julho, doze dias antes da geada que atingiu as lavouras. No momento da exposição, o professor alertou que a geada do dia 1º de julho não havia sido avaliada adequadamente, por ser recente. “Só conseguimos mensurar os estragos aproximadamente 30 dias, tempo necessário para novas brotações. Na geada do dia 01º de julho não se havia uma avaliação adequada do impacto nas plantas”, explica Natalia Carr, assessora técnica do CNC.

Com relação à temperatura mínima, até o dia 01/07/2021 havia sido registrado -1,1°C, em Ituverava/SP. “De maneira geral, temperaturas abaixo de 10°C já é ruim para o café. Das gemas, que são estruturas que estão nos galhos saem os botões que, eventualmente, vão se transformar em florada”, citou Molion.



O professor havia previsto geadas entre os dias 25/06 a 01/07, com temperaturas entre 3°C e 5°C, mas as temperaturas foram menores ainda. “Em terras altas do Paraná chegaram a registrar -3,5°C, no abrigo, o que significa que no chão estaria em -6°C, -7°C”.

Na oportunidade, Molion previa outra geada para o final do mês de julho, entre 24/07 e 30/07, esperava que seria fraca, mas já alertava ser muito difícil acertar a intensidade. De forma acertada, o professor Molion apresentou que 60% das geadas severas e 75% das fatais (killing frost) ocorreram entre 25 de junho e 25 de julho, sendo que em 2021 aconteceu no dia 20 de julho. Disse ainda que a ocorrência de geadas na segunda quinzena de maio e após 20 de setembro é rara.

Segundo o professor, há previsões de geadas para o início da segunda quinzena de agosto, entre 19/08 e 25/08. A que mais o preocupava à época é uma possível geada entre os dias 03/09 e 09/09. “Seria uma geada tardia, nos primeiros 10 dias de setembro. Precisa-se tomar cuidado com a floração. Se tiver floração nesse período de 19/08 e 08/09, se forem mais intensas, podem prejudicar ainda mais o café”, relatou.

O meteorologista alertou para o risco de se ter lavouras plantadas em terrenos baixos, em que o produtor deve se atentar ao zoneamento de riscos climáticos para o café. “O ar frio é mais denso, mais pesado que o ar quente, então ele tende a descer o morro como se fosse água, e tende-se a acumular nas partes mais baixas do terreno. Precisa-se tomar cuidado nas regiões das propriedades em que são bolsões de geadas. Mesmo que são geadas fracas pode ocorrer uma geada mais severa nesses bolsões”.

O professor destacou na palestra que previsão de clima é missão impossível. “Pode-se usar modelos, eu já desisti de modelos porque se não têm condições de reproduzir o clima atual, imagina previsão. Eu costumo usar previsão por previsibilidade ou, no caso, por similaridade. A gente olha como estão os oceanos, Pacífico e Atlântico, os dois juntos correspondem 52% da superfície da terra, vê como foi o inverno nos EUA, na Europa e, com isso, cria um cenário e identifica um ano que foi semelhante a isso. No caso, similar a 2006”, explicou.

Seguindo esse padrão, o professor acredita que há boas previsões de chuvas para os meses de outubro de 2021 a março de 2022, o que beneficiaria a produção. “Para chegar até lá vamos ter que passar pelo restante do inverno e a situação não é muito boa”, alertou.

Durante a palestra, o professor Molion garantiu que o clima global está esfriando e permanecerá frio, em média, possivelmente até 2040. Explicou, tecnicamente, utilizando o ciclo de Gleisner (vide imagem), que nos próximos 22 anos haverá um sol “no mínimo” secular. Isso não vai reduzir a radiação solar, segundo ele. “A teoria diz que quando o sol está com baixa



atividade, seu campo magnético se enfraquece. Aí entram partículas de alta energia. Raios cósmicos produzem mais núcleos de condensação e aumentam a formação de nuvens baixas, o que resfria o planeta. Se entrar menos radiação solar, os oceanos se esfriam, em particular o Pacífico. Quando os oceanos se esfriam, esfria o planeta”, exemplificou.

Sobre a quantidade de chuvas o estudioso apresentou a similaridade de 2006 como parâmetro. Assim, de outubro a dezembro de 2021, as chuvas devem ficar acima da média no Sudeste, um pouco abaixo no Sul (Paraná, Santa Catarina), Rondônia e parte do Centro-Oeste. De janeiro a março de 2022 ficarão acima da média de maneira geral no Sul, Sudeste e parte central do Centro-Oeste, e abaixo da média no leste de Minas Gerais (Manhuaçu, Juiz de Fora) e oeste do Centro-Oeste.

Avaliou que nos próximos 10, 20 anos, a incidência anual de chuva deve ser 10% menor. Para Molion, haverá menor frequência de El Niños fortes, mas possível seca severa em 2034. Corre-se o risco de frequência maior de tempestades (trovadas), nos meses de janeiro e março, com redução no número de dias com chuva entre abril e setembro. Com isso, os invernos serão mais frios, aumentando os riscos de geadas.

Com toda sua experiência, o professor sugeriu que produtores de café se planejem e se adaptem às mudanças climáticas. “Clima varia por causas naturais. Eventos extremos sempre ocorreram, com o clima frio ou quente. O que se deve fazer? Planejamento e adaptação. Devemos nos planejar melhor. Usar mais tecnologia, plantas mais adaptadas”.

Para o professor, aquecimento global é uma mentira. Segundo o estudioso, CO₂ não controla o clima. “Não é vilão, é o gás da vida. Quanto mais CO₂ tiver na atmosfera, maior vai ser a produtividade das plantas. O café que é uma planta C₃ (não têm características especiais para combater a fotorrespiração), tem dentro das células uma concentração de CO₂ equivalente a 200 partes por milhão. Na nossa atmosfera nós estamos com 400 partes por milhão. A planta não tem uma bombinha de ficar sugando, puxando, bombeando CO₂ para dentro dela. A diferença de pressão entre o CO₂ que está na atmosfera e o CO₂ que está dentro da planta é o que faz com que a planta engula mais CO₂. Se baixar concentração de CO₂ da atmosfera, até que fique igual à da planta, ou seja, baixar de 400 para 200 partes por milhão, não vai mais haver diferença e a planta para de fazer fotossíntese”.

Molion garante que a retórica de se reduzir as emissões de CO₂ é uma estratégia política/econômica. “É inútil (reduzir as emissões) porque o CO₂ não controla o clima global, como quer o Acordo de Paris, que não passa de instrumento neocolonialista, porque 80% dos países do mundo são subdesenvolvidos, incluindo o Brasil. Para gerar energia elétrica ainda



dependemos dos combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás mineral. 80% da energia que hoje é gerada vem desses combustíveis fósseis, portanto ao serem queimados eles emitem CO₂. Mas, se for reduzir as emissões, não vai controlar o clima, por outro lado, vai impedir o desenvolvimento desses países e vai aumentar a desigualdade entre os países ricos e os países pobres”, argumentou.

O professor se defendeu ainda do fato de muitos o considerarem não conservacionista. “Muitas vezes, da maneira como eu falo, as pessoas acham que eu não sou conservacionista, que eu posso sair por aí, na minha opinião, depredando todo o meio ambiente. Mas acho que não. Estão errados. Eu sou conservacionista porque a conservação ambiental é uma necessidade de sobrevivência da espécie humana, mas é independente. Se o clima aquecer, vamos ter que conservar, se esfriar, vamos ter que conservar também. O Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, da Embrapa Territorial de Campinas, acabou de lançar um relatório mostrando que, na realidade, aqui no Brasil, quem mais conserva o meio ambiente são os produtores rurais”, exemplificou.

Finalizando a palestra, Luiz Molion destacou a célebre frase de Francis Bacon que diz “não podemos comandar a natureza, apenas obedecê-la!”. O professor finalizou dizendo que “o homem não tem a capacidade de mudar o clima. O que o homem coloca na atmosfera é muito pouco comparado com os fluxos naturais de CO₂, por exemplo, e o tal de efeito estufa é questionável, podemos discutir isso depois”, finalizou.



Comitês técnicos

Soluções estratégicas para uma cafeicultura competitiva, sustentável e integrada

O Conselho Nacional do Café é uma entidade que representa o setor da produção cafeeira. Ao todo 42 cooperativas, associações e instituições são membros do CNC. Os comitês buscam atender as demandas do setor, através de ações práticas sustentáveis, são eles: **Comunicação, Estatística, Pesquisa & Tecnologia e Sustentabilidade.**

Os comitês são compostos por líderes indicados por suas cooperativas e têm o papel de articular competências na rede, além de harmonizar e propor iniciativas de interesse do setor. A indicação do coordenador dos comitês é feita pelos seus membros.

Objetivos dos comitês

- Desenvolver projetos que tragam melhorias constantes para cafeicultura
- Identificar os desafios e fatores críticos em regiões produtoras
- Discutir temas da cafeicultura para trazer soluções para seus associados e propagar o que o CNC representa em prol dos seus associados
- Apresentar demandas para que o CNC atue junto às entidades governamentais e ao Congresso

Comitê de Comunicação

O comitê coordenado por Deiviana Tavares, Coordenadora de Marketing e Comunicação da Cooperativa Agroindustrial de Varginha (Minasul), é um ambiente para a promoção da intercooperação e desenvolvimento de ações em áreas estratégicas para a cafeicultura brasileira.

Foi estruturado para desempenhar o importante papel na difusão das ações realizadas pelo Conselho e de suas cooperativas em prol dos cafeicultores, como forma de apresentar todo o trabalho desenvolvido para a cafeicultura brasileira, levando cada vez mais informações de qualidade àqueles que precisam.

A instalação do Comitê aconteceu no dia 25 de maio de 2021. Veja quem compõe os comitês técnicos do CNC:

Coordenadora Deiviana Tavares (Coord. de Marketing e Comunicação da Cooperativa Agroindustrial de Varginha – Minasul)

- Jorge Florêncio Ribeiro Neto, Gerente de Comunicação Corporativa da Cooxupé;
- Saulo de Carvalho Faleiros, Diretor Secretário da Cocapec;
- Giliarde Cardoso, Gerente Executivo Negócio Café da Coopeavi;



- Alexandre Costa Ferreira, Analista de Mercado do Sistema OCB/ES;
- Creiciano Garcia Paiva, Analista de Monitoramento do Sistema OCB/ES;
- Polliana Dias Ferreira Soares, Assessora de Comunicação da Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

Este comitê é fundamental para que as informações cheguem aos cafeicultores no momento correto; e o segmento da produção, organizado em cooperativas e associações, seja devidamente valorizado pela sua importância, pois é a base de sustentação da cadeia produtiva do café.

Os seguintes assuntos foram elencados pelos membros durante as reuniões: comunicação dos trabalhos desenvolvidos pelo CNC, valorizando-o como entidade de representação da cafeicultura nacional. O foco da comunicação do CNC deve ser as cooperativas e as associações, que possuem capilaridade para fazer as informações chegarem aos produtores rurais. Para tanto, sugeriu-se a criação de release sobre o CNC e uma campanha para a comemoração dos 40 anos da entidade; sistematização de dados e informações da cafeicultura nacional e mundial, tornando-os acessíveis às áreas de comunicação das cooperativas e associações.

Após a instalação do Comitê de Comunicação foram realizadas quatro reuniões em 2021, focando assuntos estratégicos a serem divulgados pelos departamentos de comunicação, tanto do CNC, quanto das cooperativas e associações vinculados à cadeia cafeeira. Outros assuntos debatidos no âmbito deste comitê foram o crescente aumento do interesse pelo Seguro Rural e a importância da boa gestão dos armazéns que acondicionam café.

O comitê de comunicação também criou um banco de ideias para início de implantação no ano de 2021 e sequência em 2022: Revista Radar CNC; CNC em ação; Concurso de fotos dos produtores; Melhoria da gestão das Redes sociais; Rádio CNC; Vídeos informativos; Impulsão de conteúdo; Destaque para o Momento “Sua cooperativa”; Criação do Prêmio “Melhor ideia: trabalho social no campo”; Implantação da Campanha para “aumento do consumo de café”; Lançamento do programa “Direito no campo”; Criação do Programa Café Global; Implantação da Campanha “Lavoura Segura”.



Comitê de Estatística

O coordenador eleito para dirigir este comitê foi o Superintendente Comercial da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Franca (Cocapec), Ricardo Lima. O Comitê exerce uma maior aproximação com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no intuito de contribuir no desenvolvimento da metodologia de levantamento de safras, estimativa do parque cafeeiro e custos de produção.

O apoio do setor cafeeiro a estatal visa o intercâmbio de informações e dados contribuindo para resultados transparentes e de maior credibilidade reduzindo a volatilidade do mercado, oferecendo maior estabilidade de preços, e assim, garantindo a renda do produtor.

Ações do Comitê

A instalação do Comitê de Estatística do CNC aconteceu no dia 14 de abril de 2021. Veja quem faz parte deste comitê:

Coordenador Ricardo Lima (Superintendente Comercial da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Franca – Cocapec)

- Éder Ribeiro dos Santos, Coordenador de Desenvolvimento Técnico Geoprocessamento da Cooxupé;
- Carlos Augusto Pandolfi, Gerente Corporativo Agrícola, Comercial de lojas, Gestão e Logística de Armazéns da Coobriel;
- Alexandre Costa Ferreira, Analista de Mercado do Sistema OCB/ES;
- Creiciano Garcia Paiva, Analista de Monitoramento do Sistema OCB/ES;
- Jozielton Freire, Analista de Comercialização de Café da Coopeavi;
- Saionara Buss Wendler da Coobriel;
- Heberon Vilas Boas Sastre, Trader da Minasul;
- Carlos Alberto Mesquita Rabello Junior, Engenheiro Agrônomo, Representante Técnico de Vendas da Cocatrel;
- Juliano Tarabal da Federação dos Cafeicultores do Cerrado;
- Renata Vaz da Coobriel.

A finalidade do comitê de estatística é o aperfeiçoamento de números através da metodologia utilizada pela Conab em parceria com o Comitê, e a inclusão de regiões e municípios, citou a inclusão do município de Três Pontas-MG, cuja a produção influencia diretamente nos levantamentos que são realizados pela empresa que, contando com o apoio do comitê, evitará a especulação por parte do mercado e conseqüentemente a influência sobre os preços praticados.

E como estratégia, o desenvolvimento, junto a Instituições de Pesquisa, de modelos de previsão de safra, custos de produção e preços mínimos e parque cafeeiro.



Foram realizadas reuniões com a área técnica da Diretoria de Política Agrícola e Informações da Conab para viabilizar a contribuição das cooperativas e associações e, assim, disponibilizar técnicos para auxiliar no levantamento de dados.

Durante um dos encontros com a Conab a lacuna pontuada foi a falta de recurso humano e financeiro para atender as demandas do setor e, assim, manter os números atualizados. Não há necessidade da atualização anual do mapa do parque cafeeiro (disponível no link <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/mapeamentos-agricolas.html>), haja vista o cafeeiro ser uma cultura perene, mas há espaços para melhorias e para colaboração com as cooperativas.

Pontos destacados para o aprimoramento da metodologia para previsão de safra de café foram, (i) calendário de levantamento e avaliação da safra de café; (ii) questionário de levantamento de dados; (iii) análise fitotécnica remota e visual e mercadológica; análise geotecnológica, como precipitação acumulada, temperaturas e desvios em relação à média histórica, além das informações de campo); e análise do quadro de suprimento do produto; (iv) modelos estatísticos para estimativa da produtividade como: séries temporais; Box-jenkins para séries estacionárias; auto regressivos, integrados e médias móveis.

No dia 17 de junho de 2021 o comitê se reuniu para trocar experiências e metodologias de estimativa de safra de café realizadas por cada associado ao CNC. O comitê contou com a valorosa contribuição do presidente da Procafé, José Edgar, para debater e trazer transparência, para todos, a respeito da metodologia utilizada pela instituição no Levantamento dos danos provocados pelas últimas geadas (julho) em lavouras cafeeiras. A fundação vem desempenhando o papel de pesquisa antes mesmo da extinção do IBC, e que após sua extinção passou a oferecer apoio e suporte a outras instituições.

O pesquisador, José Braz Matiello apresentou o levantamento realizado pela instituição. A avaliação foi realizada em dois níveis complementares, (a) pesquisa em campo, junto as áreas e produtores afetados, levantamento dos dados por meio de questionário e visita técnica; (b) levantamento por imagens de satélite, estimativa da extensão da área afetada. As áreas levantadas foram em MG, SP e PR. Em MG, o Sul / Oeste, o Alto Paranaíba e o Triângulo Mineiro. Em SP as principais regiões cafeeiras, com destaque para a Mogiana. No PR, todas as regiões cafeeiras com destaque para o norte pioneiro.



Comitê de Pesquisa & Tecnologia

Com o foco de abordar assuntos que dizem respeito à produção cafeeira e comercialização do grão o comitê foi criado. Buscar soluções tecnológicas inovadoras para adequar manejos a fim garantir a segurança alimentar são prioridades do comitê.

Os membros do comitê elegeram o gerente de Desenvolvimento Técnico da Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), Mário Ferraz de Araújo, para coordenar esses trabalhos.

A instalação do Comitê de Pesquisa e Tecnologias aconteceu no dia 31 de março de 2021. Veja quem faz parte deste comitê:

Coordenador Mário Ferraz de Araújo (Gerente de Desenvolvimento Técnico da Cooperativa Cooxupé)

- Clovis de Souza Franco, Gerente de Captação de Cafés da Coopeavi;
- Éder Lemke, Vice-Presidente Sicoob Centro Serrano da Sicoob Centro Serrano;
- Adriano Pirola Sacconi, Vice-Presidente da Sicoob Norte;
- Alexandre Costa Ferreira, Analista de Mercado do Sistema OCB/ES;
- Creiciano Garcia Paiva, Analista de Monitoramento do Sistema OCB/ES;
- Carlos Dorna Alvarez, Presidente da AMOCA;
- Luis Henrique Albinati da Minasul;
- Juliano Tarabal da Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

Alguns eixos importantes citados na criação deste Comitê em 2018 ganharam reforço em 2021, como os onze principais projetos desenvolvidos na área de Tecnologia e Pesquisa, a participação direta na construção da Agenda Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café, orientando os projetos prioritários inclusive direcionando o orçamento.

Membros do Comitê sugeriram alguns assuntos a serem desenvolvidos:

- **Amoca:** sugeriu os temas Segurança Alimentar e Agricultura Familiar para posterior discussão
- **Coopeavi:** explicou sobre a cafeicultura de montanha da região, a dificuldade em aplicação de tecnologias e a difusão das tecnologias voltadas à produção de cafés especiais e ressaltou algumas ações voltadas à tecnologia como o uso de CRM no campo
- **Coopbac:** aproveitou a oportunidade para compartilhar sobre as tecnologias voltadas à produção de cafés especiais (Conilon) e a implantação de usina adensamento de cafezais.



- **Sicoob Norte** e também produtor de café Conilon, citou a cafeicultura 4.0 e a conectividade no campo.
- **A Cooxupé:** explicou sobre a formação da cooperativa e a valorização dos órgãos de pesquisa e extensão rural. Reforçou a importância do tema Segurança Alimentar e citou a preocupação com a imagem do café brasileiro no exterior com foco na tecnologia de aplicação de defensivos (limite máximo de resíduos - LMRs). Sugeriu também uma pesquisa para o uso correto de tecnologias como o drone na cafeicultura de montanha.

Outros assuntos importantes foram discutidos no ano de 2021, por exemplo: Participação dos representantes do Consórcio Embrapa Café e sua contribuição na produção com custos mais baixos e menor uso de defensivos; Conhecimento plano de trabalho do consórcio e quais as necessidades que precisam ser atendidas para orientação dos produtores; Explicação sobre a carteira de projetos da Embrapa Café na organização de pesquisa. Segurança Alimentar na Cafeicultura: em relação ao manejo das lavouras, houve exposição sobre casos de lotes de café recusados em função de LMR's excedidos dos seguintes ingredientes ativos; Manejo de pragas de armazenagem: exposição sobre o grande risco de problemas com resíduos devido à falta de produtos registrados para uso nos armazéns de café; Projeto Café Carbono Neutro: desenvolvimento de um projeto relacionado a mercado de carbono, com o objetivo de agregar valor aos grãos e gerar renda aos cafeicultores; Avaliação da Apresentação da Embrapa Café: reforçou a necessidade do Comitê ter acesso aos 95 projetos de pesquisa da carteira atual do Consórcio para que os membros de cada região (Sul de Minas, Cerrado e Espírito Santo) realizarem uma avaliação crítica; A retomada de projetos de pesquisa e transferência tecnológicas voltados às pragas de armazenagem, citando o exemplo do Centreinar (UFV); A mitigação dos gases de efeito estufa no setor agropecuário e foi apresentado o Inventário da Sustentabilidade, por Regis Salles da Moteccer.



Comitê de Sustentabilidade

A coordenação deste comitê está a cargo do gerente de Sustentabilidade Socioambiental da Cooxupé, Alexandre Vieira Costa Monteiro. O comitê tem como objetivo trazer visibilidade para as ações e gestos que são realizados diariamente nas lavouras comprovando a sustentabilidade da produção cafeeira brasileira.

Além disso, busca apresentar novas práticas sustentáveis que atendam os anseios dos consumidores, e as demandas vindas do campo, que agregam valor e geram renda ao produtor, com preservação do meio ambiente.

Ações do Comitê

A instalação do comitê aconteceu no dia 22 de março de 2021. Veja quem faz parte desse comitê:

Coordenador Alexandre Vieira Costa Monteiro (Gerente de Sustentabilidade Socioambiental da Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé – Cooxupé)

- Antônio de Almeida Cascelli, Diretor Presidente da Coapeja;
- Saulo de Carvalho Faleiros, Diretor Secretário da Cocapec;
- Vanusia Nogueira, Diretora Executiva da BSCA;
- Carlos Augusto Pandolfi, Gerente Corporativo Agrícola, Comercial de lojas, Gestão e Logística de Armazéns da Coobriel;
- Fernanda Marin Permanhane, Cooperada da Coopbac;
- Alexandre Costa Ferreira, Analista de Mercado do Sistema OCB/ES;
- Creiciano Garcia Paiva, Analista de Monitoramento do Sistema OCB/ES;
- João Elvidio Galimberti, Analista de Mercado da Coopeavi;
- Fabricio Freitas Alves, Engenheiro Agrônomo da Minasul;
- Simão Pedro de Lima, Diretor Superintendente da Expocaccer;
- Paulo César Ferreira, Coordenador da Área de Marketing Estratégico e Sustentabilidade Corporativa da Expocaccer;
- Régis Damásio Sales, Diretor Superintendente da Monteccer;
- Rafael Fonseca, Gerente de Negócios da Coomap;
- Thamiris Bandoni, Engenheira Agrônoma da Cocatrel.

O comitê discutiu o planejamento estratégico e pautas de sustentabilidade em andamento no CNC – um ambiente de intercooperação, e destacou a importância do envolvimento do Comitê de Sustentabilidade na construção dos posicionamentos do CNC junto as certificadoras.



Comentários dos membros sobre os assuntos a serem desenvolvidos no Comitê de Sustentabilidade do CNC:

- **Coopbac** – elencou que os produtores capixabas ainda sofrem com os efeitos da crise hídrica de 2017/18, além da elevação dos custos de produção, a falta de mão de obra e aplicação da legislação trabalhista no campo como prioridades.
- **Cooxupé** – comunicação da sustentabilidade da cafeicultura brasileira aos consumidores.
- **Coomap** – confirmou as sugestões da pauta, sugeriu foco na comunicação internacional, divulgando nas redes sociais o que está sendo feito para promover a sustentabilidade da cafeicultura brasileira, minimizando inclusive os impactos negativos no que tange a trabalho escravo haja vista não ser regra no Brasil.
- **Monteccer** – Reiterou todos os pontos alavancados em pauta, levantamento para identificar o valor que é gerado ao produtor por cada programa de sustentabilidade. Relacionar com todas as certificadoras. Também atentar para as exigências de análises de LMR's por parte dos compradores.
- **Coapeja** – foco no produtor. Aproximar o CNC dos cafeicultores, principalmente dos pequenos.
- **BSCA** – interface com o comitê de comunicação.

Entre as pautas mais destacadas no âmbito do Comitê estão: Os aspectos sociais da Norma Rainforest Alliance (RFA) 2020; Baseline Coffee Code (Lista de Defensivos): através do BCC, a Plataforma Global do Café (GCP) que pretende definir o que é uma cafeicultura sustentável e, por isso, o setor deve prestar atenção e enviar suas contribuições à consulta que está em andamento; Estratégia de comunicação da sustentabilidade da cafeicultura brasileira: Apresentação do projeto em desenvolvimento pela BSCA; A produção de café carbono neutro - desafios do campo; A experiência Café Glifosato Zero; A relação entre as condições agrometeorológicas e as fases fenológicas do cafeeiro; Os mecanismos de Gestão de Riscos; Os Códigos 4C: experiências no campo e, finalizando, o Novo programa de certificação da Rainforest Alliance: práticas sustentáveis de produção.



Atuação estratégica do CNC

Plataforma Global do Café (GCP)

Onde o CNC está inserido na GCP e qual seus objetivos em comum

A Plataforma Global do Café (GCP) conta com mais de 140 membros de todos os segmentos da cadeia produtiva do café, atuando em nove países, Brasil, Colômbia, Vietnã, Indonésia, Tanzânia, Uganda, Quênia, Honduras e Peru. A colaboração do CNC como membro ativo e participativo na GCP Brasil foi fundamental durante a revisão do Código de Referência de Sustentabilidade do Café realizada em junho de 2021. Ainda, por meio do Grupo de Trabalho acompanhou o webinar que apresentou as principais mudanças na norma regulamentadora NR-31. Destacam-se as relevantes alterações no que tange o uso de EPI, local correto de armazenamento e devolução apropriada das embalagens. Por fim, esteve presente nos treinamentos sobre o Currículo de Sustentabilidade do Café.

O Brasil se destaca quando o assunto é a devolução de embalagens de defensivos e tem investido no correto armazenamento de defensivos, que devem estar separados de outros produtos. Destaca-se essas importantes iniciativas executadas pela plataforma, associações, cooperativas e diversas entidades. A atuação do CNC frente a liberação do novo Código de Referência de Sustentabilidade do Café

Em junho de 2021, o CNC dialogou com a Global Coffee Platform (GCP) quanto aos defensivos inseridos como proibidos na lista do Código de Referência. Sendo o Conselho o legítimo representante da cafeicultura nacional, em permanente consulta com as cooperativas, que atuam ou não junto à GCP, viu-se necessária a intervenção.

A aplicação de ingredientes ativos necessários para o controle dos problemas fitossanitários da cafeicultura deve ser considerada pela ótica do uso racional, com respeito à rotação de princípios ativos e às medidas de mitigação de riscos, sempre visando o amplo Manejo Integrado de Pragas. A lista de pesticidas apresentada pela GCP precisava de uma abordagem mais agrônômica e equilibrada, viável às características da nossa agricultura tropical, de forma a preservar o elevado nível de produtividade que garante uma renda digna e próspera para cafeicultores, gerando emprego ao longo de toda a cadeia produtiva.

O CNC expos e reforçou que banimentos e proibições no uso de defensivos agrícolas são decisões que cabem apenas às autoridades regulatórias nacionais, com as diretrizes e critérios definidos pela FAO. Neste contexto, destaca-se a aplicação em condições adequadas e respeito aos regulamentos de saúde e



segurança do trabalho. Resolver preocupações sobre possíveis efeitos adversos e preservar os benefícios de moléculas que ainda podem ser úteis para alcançar uma produção de café sustentável (em econômica, ambiental e social).

Ao acompanhar as atividades da plataforma, o CNC solicitou a GCP que algumas alterações fossem realizadas na nova versão do Código de Referência de Sustentabilidade do Café. Como representante do setor de produção, o Conselho entende que a proibição ao acesso às moléculas que passaram por um complexo processo de registro, conforme a legislação brasileira, pode causar severos danos à produção cafeeira, bem como pontou a importância de permitir a eliminação gradual, se viável, de produtos químicos ao inserir técnicas do Manejo de Manejo Integrado de Pragas. Contudo, a permanência de princípios ativos na lista vermelha, como Abamectin, Tebuconazole e Chlorothalonil, entre outros, seguiu no novo Código. O CNC continua acompanhando as atividades da plataforma e atento a todas as medidas exigidas.



OIC – Organização Internacional do Café

A Organização Internacional do Café foi estabelecida, em Londres, em 1963, sob recomendação das Nações Unidas, devido à grande importância econômica da commodity. A entidade administra o Acordo Internacional do Café, realizado em 2007. É o principal organismo intergovernamental para o setor e reúne governos de nações exportadoras e importadoras para enfrentar os desafios da cafeicultura global, por meio de cooperação internacional. Seus Países-Membros representam 98% da produção e 67% do consumo mundial do produto.

A missão da OIC é fortalecer o setor cafeeiro global e promover sua expansão sustentável num clima de mercado para a melhoria de todos os participantes do setor cafeeiro. Oferece uma contribuição prática para o desenvolvimento de um setor cafeeiro mundial sustentável e para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento ao:

- Permitir que governos e o setor privado troquem opiniões sobre questões cafeeiras, condições e tendências do mercado e coordenem políticas em reuniões de alto nível;
- Desenvolvimento e busca de financiamento para projetos que beneficiam a economia cafeeira mundial;
- Promoção da qualidade do café por meio de um Programa de Melhoria da Qualidade do Café;
- Promover a transparência do mercado, fornecendo uma ampla gama de estatísticas sobre o setor cafeeiro mundial;
- Desenvolvimento do consumo e dos mercados de café por meio de atividades inovadoras de desenvolvimento de mercado;
- Incentivar o desenvolvimento de estratégias para aumentar a capacidade das comunidades locais e dos pequenos agricultores;
- Promoção de programas de treinamento e informação para auxiliar na transferência de tecnologia relevante para o café;
- Facilitar informações sobre ferramentas e serviços financeiros para auxiliar os produtores;
- Fornecimento de informações econômicas, técnicas e científicas objetivas e abrangentes sobre o setor cafeeiro mundial.

As gestões realizadas pelo Conselho Nacional do Café (CNC), junto ao Governo Federal, visando o pagamento integral da anuidade do ano cafeeiro 2020-2021, devida pelo Brasil à Organização Internacional do Café (OIC), foram atendidas, com a publicação da Portaria da Fazenda/ME, Nº 5.545, no Diário Oficial da União. O Ato do Ministério da Economia abriu crédito suplementar ao orçamento destinado ao pagamento da OIC, no valor de R\$ 1,042 milhão. Tal



medida permitirá que o Brasil recupere seu direito à voto junto à Organização, ação fundamental neste momento em que está concorrendo a candidata do país, Vanusia Nogueira, ao cargo de diretora executiva da OIC, nome indicado e aprovado pelo CNC.

A abertura do crédito suplementar no valor total de R\$ 18.773.111.280,00 (dezoito bilhões, setecentos e setenta e três milhões, cento e onze mil, duzentos e oitenta reais), de forma abrangente a várias cadeias produtivas para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, demonstra o compromisso do governo com as associações e entidades. Silas Brasileiro, agradeceu o comprometimento, empenho e trabalho exemplar conduzido pelo Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia, Rogério Boueri Miranda, que viabilizou o encontro dos caminhos orçamentários para que o Brasil honre seus compromissos junto à OIC e mantenha sua liderança e prestígio no setor cafeeiro internacional.

Em 2021, o Conselho Nacional do Café (CNC) participou também da 130ª sessão do Conselho da Organização Internacional do Café (OIC). Do dia 1º ao dia 10 de setembro muitas foram as atividades, entre elas: encontro CEO e fórum dos líderes globais; atividade do grupo de trabalho para o futuro do Acordo Internacional do Café; reunião para nova composição de membros do Comitê de Finanças e Estatística; encontro da junta consultiva do setor privado e reunião para nova composição dos Comitês de Estatística, Projetos e Promoção/Marketing. Dentre várias definições importantes que impactam diretamente a instituição, algumas delas têm relação direta com o Brasil.

Força-Tarefa

Os trabalhos da Força-Tarefa foram muito elogiados e sua presença fortalece a imagem de renovação da Organização. Apesar dos desafios globais e dos elevados preços do café, a Força-Tarefa é o melhor local para direcionar e resolver fraquezas estruturais do setor.

A Força Tarefa Público Privada do Café foi criada para incluir o setor privado na discussão e na formulação de soluções para aprimorar a condição de vida dos cafeicultores. É uma consequência da Resolução 465 da OIC, que trata da crise de preços do café. O Conselho Nacional do Café participou ativamente da redação desta resolução, em 2018, e um dos mandatos conferidos à Organização foi a inclusão de torrefadoras, traders e demais atores do setor privado na discussão sobre a falta de renda no campo, de forma a compartilhar responsabilidades com todos os segmentos da cadeia produtiva sobre a sustentabilidade.

O CNC, em conjunto com as demais entidades que compõem a representação do setor privado no CDPC, tem acompanhado e enviado subsídios para os trabalhos da Força Tarefa. “Um dos últimos documentos elaborados pelas

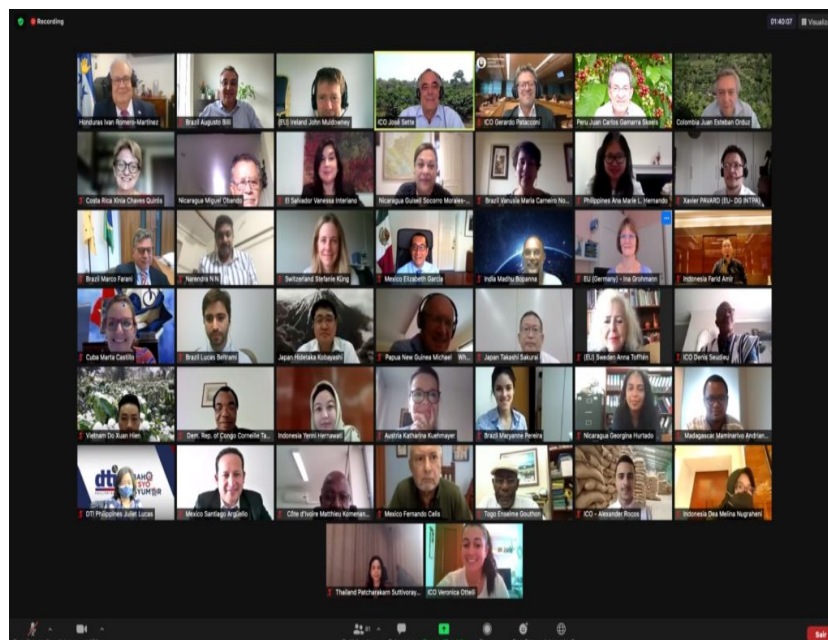


entidades, que foi muito bem recebido pelos parceiros internacionais, destaca as ações, projetos, governança e instrumentos de política cafeeira que tornam os cafés do Brasil os mais sustentáveis do mundo”, conta Silas Brasileiro, presidente do Conselho.

Outras pautas relevantes foram as mudanças na composição dos Comitês, havendo uma rotatividade entre os países que atuam nas ações técnicas. O Brasil faz parte de praticamente todos os comitês, sendo um dos países mais atuantes da OIC. Além do Brasil, os países que mais se manifestaram e se dispuseram a participar foram Colômbia, Índia, México, Nicarágua, Indonésia e Honduras.

O presidente do CNC, Silas Brasileiro, acompanhou de perto as atividades e destacou o papel fundamental do Brasil nas discussões da organização. “O Brasil é um dos protagonistas na OIC, por ser o maior produtor mundial e o segundo maior consumidor. A organização tem sido fundamental para as relações internacionais, para que nosso café seja sempre sustentável ambiental, social e economicamente, de ponta a ponta”.

Ao longo do ano de 2021, o CNC teve participação ativa em diversos grupos da força-tarefa da OIC, como o de paisagens sustentáveis do café, transparência de mercado, renda digna e próspera, bem como o último grupo criado, de transformação no setor de países exportadores. As reuniões objetivaram discutir matérias essenciais ao setor e na formulação de projetos. O grupo de transformação no setor de países exportadores, o qual contou com 6 reuniões, em 2021, teve como objetivo trocar experiências em diferentes tópicos importantes para o setor de exportação, como pesquisa cafeeira, cooperativas, desenvolvimento sustentável e práticas de manejo, assim como mitigação de riscos.





Projetos e programas

Armazenagem de grãos de café

A importância da correta armazenagem do grão para a manutenção da qualidade do produto e da renda do produtor

Em meio a inconstância do preço no mercado de commodities, dependentes da relação oferta e demanda, e ainda das crescentes alterações do clima, como as secas prolongadas, geadas intensas, chuvas de granizo e alta intensidade luminosa faz se necessário uma medida de preservação do grão.

A armazenagem correta dos grãos de café é a garantia da preservação das características fisiológicas e sensoriais do produto, necessárias à manutenção da qualidade do grão e conseqüentemente da bebida, bem como da renda do produtor. O cafeicultor, com seu estoque preservado, encontra melhores preços no mercado e maior margem de lucro na relação oferta e demanda, além de trazer tranquilidade e clareza para tomada de decisão.

Majoritariamente, os armazéns devem estipular e seguir um cronograma de limpeza a fim de garantir as boas condições do local, e conseqüentemente, dos grãos armazenados. Neste contexto, o CNC lançou no dia 25 de novembro, em parceria com Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a cartilha “Boas Práticas em Armazéns de Café”. O trabalho foi realizado pelas equipes técnicas das instituições e produzido pelo departamento de comunicação do CNC.

A ideia surgiu a partir da identificação por parte do Comitê de Pesquisa & Tecnologia do CNC, da falta de informações direcionadas à armazenagem do café, cultura que produz grãos de características únicas e, por isso, deve ser estocada com o máximo rigor e cuidado.



Programa Café Produtor de Água

Contando com a presença de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/MG) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, foi lançado oficialmente nesta quarta-feira, 08/12, o Programa “Café Produtor de Água”.

O projeto sugerido será gerido pelo Conselho Nacional do Café (CNC) e, inicialmente, será implantado nas lavouras de produtores associados da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – Cooxupé.

Um novo marco para a cafeicultura sustentável nacional. O Programa “Café Produtor de Água” tem sido assim considerado por produtores, cooperativa, associações e demais entes da cadeia produtiva.

O programa visa atender ao princípio da sustentabilidade, que atualmente é discutido com a sociedade como meio de preservação da vida, pois dentre os bens mais destacados tem-se como o principal, a preservação dos nossos mananciais. O “Café Produtor de Água” busca viabilizar a implementação de práticas e manejos conservacionistas e de melhoria da cobertura vegetal, que contribuam para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação, e para o aumento da infiltração de água no solo.

Responsabilidade compartilhada

Não há outro tema mais em evidência na atualidade do que sustentabilidade. Porém, ela tem um custo, o qual não pode ser suportado exclusivamente pelos produtores de café. A água beneficia não só a área rural, mas também a urbana, gera vida e bem-estar, direta ou indiretamente, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

O tema share responsibility, responsabilidade compartilhada, é uma prática justa e que vem sendo muito debatida pela sociedade. Essa atitude proporciona a criação de cadeias de abastecimento globais, verdadeiramente sustentáveis, baseados em uma abordagem de responsabilidade compartilhada para que os custos e benefícios da certificação sejam distribuídos de maneira mais uniforme entre os agricultores e compradores ao longo da cadeia de abastecimento.

Proposta do programa

O programa terá um fundo próprio que irá proporcionar o “Pagamento por Serviço Ambiental (PSA)”, que será gerido pelo CNC. As entidades envolvidas estão em busca de parcerias com instituições públicas e privadas afim de colocar em prática as ações propostas.



“Essas parcerias irão dar suporte na implantação do projeto e gratificação dos produtores que aderirem ao programa, considerando a participação dos governos estaduais, municipais, estatais, empresas privadas e, claro, nossas cooperativas”, explica Silas Brasileiro.

A razão do fundo é exatamente beneficiar os produtores que decidirem fazer parte do programa. Embora seja conservacionista é de livre adesão. Para isso, conta com um assessor técnico, Devanir Garcia dos Santos, que com sua experiência e conhecimento fará diagnósticos sobre a implantação, assim como o levantamento dos custos que serão compartilhados com os órgãos interessados na preservação do meio ambiente.

Primeiro, o recurso vai bancar a implantação do projeto de recuperação de bacias, mananciais, estruturação de estradas que provoquem assoreamento de rios e córregos, recomposição de matas ciliares devastadas ao longo do tempo, além da recuperação de açudes, entre outros.

O CNC, como representante das cooperativas de produção, busca liderar esse projeto de alcance social e ambiental. O mundo todo se preocupa com o abastecimento de água, bebida mais consumida por todos, inclusive com sua qualidade.

“Temos claro que os benefícios advindos do uso das boas práticas ultrapassam as fronteiras das propriedades rurais, gerando ganhos para a sociedade, é justo que os custos de produção desses benefícios sejam também divididos com os seus usuários, proporcionalmente a parcela de benefícios que cada um se apropria”, analisa Silas Brasileiro, presidente do CNC.

É importante destacar que o projeto nasceu dentro do Comitê de Sustentabilidade do CNC, que é conduzido por representantes de todas as cooperativas associadas e com coordenação técnica do conselho, por parte da assessora técnica, Natalia Carr. “Ao estruturar um programa com viés ambiental e econômico, o CNC adota uma postura de vanguarda para contribuir com a sustentabilidade da cafeicultura brasileira. Assim, demonstra a contribuição ambiental que o segmento pode dar a população brasileira e, conseqüentemente, ao mundo, produzindo água e café de qualidade”.

Para o presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, as cooperativas e associações devem colaborar no processo de disseminação do projeto que, segundo ele, deve remunerar o produtor. “Precisamos alavancar, divulgar e conscientizar nossos cooperados quanto a importância do programa. Devemos levar isso pra o mundo, criar, inclusive, uma cultura de premiação para os produtores que adotarem o projeto”, destacou.



As ações finais do ano de 2021 deste Conselho aconteceram em São Paulo com a reinauguração do Escritório de Representação do CNC, momento em que foi inaugurada a galeria dos ex-presidentes e realizada a solenidade de entrega do 3º Prêmio Café de Jornalismo. Os relatórios das atividades citadas foram produzidos separadamente, podendo ser consultados no site www.cncafe.com.br ou na versão impressa, no arquivo desse Conselho.